



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 003

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 14 DE FEVEREIRO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Democratas Plauto Miró
PT Elton Welter
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
PTB Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN Dr. Batista
Bloco PSB/PR/PRB/PV Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi;
PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 003

3ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 03

Requerimentos 04

Projetos de Lei 05

Posse de Deputado:

Dep. Jonas Guimarães 09

Pequeno Expediente:

Dep. Jocelito Canto 10

Dep. Teruo Kato 11

Dep. Professor Luizão 11

Dep. Cleiton Kielse 13

Dep. Ademar Traiano 14

Grande Expediente:

Dep. Marcelo Rangel 16

Dep. Jocelito Canto 17

Horário das Lideranças:

Liderança do PT

Dep. Professor Luizão 12

Liderança do PSDB

Dep. Ademar Traiano 15

Liderança do Bloco PSB/PR/PRB/PV

Dep. Pastor Edson Praczyk 19

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 21

Liderança do Partido Democratas

Dep. Plauto Miró 22

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 23

Liderança da Oposição

Dep. Antonio Belinati 24

Dep. Valdir Rossoni 26

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 25

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 27

Discussão/Votação

3ª Discussão 28

2ª Discussão 28

1ª Discussão 29

Requerimentos 29

Encerramento da Sessão 30

DIÁRIO Nº 003

3ª SESSÃO ORDINÁRIA

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
14 DE FEVEREIRO DE 2008**

(quinta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelas Sras. Deputadas Cida Borghetti e Luciana Rafagnin.

Presenças:

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar

Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (42).

Ausentes os Srs. Deputados: Luiz Accorsi, Chico Noroeste, Caíto Quintana, Dobrandino da Silva, Dr. Batista, Elton Welter, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins, Luiz Eduardo Cheida, Mauro Moraes e Miltinho Pupio (11).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Carlos Simões (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

OFÍCIO Nº 002/08

Curitiba, 14 de fevereiro de 2008.

Senhor Presidente:

Servimo-nos do presente para comunicar a esta presidência que nos dias 16, 17 e 18 do corrente mês, estaremos em viagem para Assunção, no Paraguai.

Na oportunidade, renovamos protestos de consideração.

Atenciosamente.

(a) JOCELITO CANTO

Indicações

INDICAÇÃO Nº 011/08

SÚMULA:

Propõe realização de pavimentação asfáltica, galeria e meio-fio na avenida Itália no município de Assis Chateaubriand.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A realização da pavimentação asfáltica, galeria e meio-fio na avenida Itália, numa extensão aproximada de 19.000,00m2 no município de Assis Chateaubriand.

2 - A solicitação justifica-se pela importante via pública que liga o centro da cidade a diversos bairros e comunidades carentes do município.

Sala das Sessões, em 14.02.08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

INDICAÇÃO Nº 012/08

SÚMULA:

Solicita a implantação de uma lombada eletrônica na rodovia do Xisto BR-476 no KM 152 - Araucária.

Ao Exmo. Sr. David José de Castro Gouvêa - Superintendente Regional DNIT/PR:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor o que segue:

I - A solicitação da implantação de uma lombada eletrônica na rodovia do Xisto BR-476 no Km 152 - Araucária.

Sala das Sessões, em 14.02.08.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Segundo dados da Polícia Rodoviária De Araucária durante o ano de 2006 até julho de 2007 ocorreram, na rodovia do Xisto BR-476 entre o Km 151 e Km 153, trecho compreendido entre Curitiba/Araucária e em ambos os sentidos, 43 (quarenta e três) acidentes, sendo 35 (trinta e cinco) feridos e 06 (seis) óbitos.

A presente indicação se justifica em razão do grande fluxo de veículos e pedestres no referido local. A implantação de uma lombada eletrônica ofereceria maior segurança às vidas das pessoas que residem e trabalham as margens da rodovia do Xisto.

INDICAÇÃO Nº 013/08

SÚMULA:

Sugere que o Governo Estadual priorize, dentro dos limites da Lei Orçamentária deste ano, a recuperação da rodovia PR-495, no trecho que liga os municípios de Missal e Medianeira.

Ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Estadual infra-assinado, no uso de suas atribuições constitucionais, vem, respeitosamente, através desta indicação legislativa, sugerir a priorização por parte do Governo Estadual, através das Secretarias de Estado competentes, e dentro daquilo que dispõe a Lei Orçamentária para tais fins, da recuperação imediata da

rodovia PR-495, no trecho que liga o município de Missal ao município de Medianeira.

É de mister importância a recuperação substancial desta rodovia na medida em que esta suporta um intenso tráfego de automóveis na região, pois, além da grande quantidade de caminhões destinados ao escoamento dos diversos tipos de mercadorias produzidas na região, também é rota de automóveis e ônibus destinados à condução de estudantes de estabelecimentos educacionais ali localizadas.

Portanto, consigne-se através desta indicação a priorização da reforma de tal rodovia, pois necessita de recuperação em caráter emergencial para que, dessa forma, haja uma redução do número de acidentes automobilísticos causados pela má conservação da via, além de facilitar o acesso aos municípios citados.

Sala das Sessões, em 14.02.08.

(a) ELIO RUSCH

INDICAÇÃO Nº 014/08

SÚMULA:

Sugere que o Governo Estadual priorize, dentro dos limites da Lei Orçamentária deste ano, a recuperação do trecho rodoviário que liga o município de Missal ao município de Santa Helena.

Ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Estadual infra-assinado, no uso de suas atribuições constitucionais, vem, respeitosamente, através desta indicação legislativa, sugerir a priorização por parte do Governo Estadual, através das Secretarias de Estado competentes, e dentro daquilo que dispõe a Lei Orçamentária para tais fins, da recuperação imediata das rodovias que ligam os municípios de Missal e Santa Helena.

Trata-se da rodovia PR-495, que liga o município de Missal até o entroncamento com a PR-488, além do trecho desta, que dá acesso ao limite urbano do município de Santa Helena.

É de mister importância a recuperação substancial desta rodovia na medida em que esta suporta um intenso tráfego de automóveis na região, pois, além da grande quantidade de caminhões destinados ao escoamento dos diversos tipos de mercadorias produzidas na região, também é rota de automóveis e ônibus destinados à condução de estudantes de estabelecimentos educacionais ali localizadas.

Portanto, consigne-se através desta indicação a priorização da reforma de tal rodovia, pois necessita de recuperação em caráter emergencial para que, dessa forma, haja uma redução do número de acidentes automobilísticos causados pela má conservação da via, além de facilitar o acesso aos municípios citados.

Sala das Sessões, em 14.02.08.

(a) ELIO RUSCH

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 108

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo nº 158 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada do Projeto de Lei nº 741/07, item 07 da Ordem do Dia desta data, por 10 (dez) Sessões.

Sala das Sessões, em 14.02.08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 109

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a reserva do Plenário da Assembléia Legislativa do Paraná para o dia 27 de fevereiro de 2008 (quarta-feira) das 8h30 às 12h para a realização de audiência pública onde será debatido o registro dos diplomas de conclusão do Programa de Capacitação, em Serviço, para Docência dos anos iniciais do ensino fundamental e da educação infantil, na modalidade semipresencial expedidos pela Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu. Também solicito a reserva de equipamentos de multimídia para a apresentação dos trabalhos.

Cordialmente,

Sala das Sessões, em 14.02.08.

(a) PÉRICLES DE MELLO

REQUERIMENTO Nº 113

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no artigo 62, parágrafo 1º da Constituição Estadual, e nos artigos 34, inciso III e 35 do Regimento Interno desta Casa, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, a Constituição de Comissão Externa, constituída por 07 (sete) membros, com prazo de duração de 30 (trinta) dias, para apurar denúncia apresentada pelo Senador paraguaio, Hermínio Chena, quanto a intervenção do Governo do Estado, na campanha eleitoral para à Presidência do Paraguai.

Sala das Sessões, em 14.02.08.

(aa) VALDIR ROSSONI

PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 105

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, sejam dispensadas de redação final os projetos de lei que não sofrerem nenhuma emenda de plenário. Tal sugestão tem por objetivo a celeridade da apreciação dos referidos projetos.

Sala das Sessões, em 14.02.08.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 114

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 639/07, item 04 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 14.02.08.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 110

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado ofício ao Secretário de Estado do Meio Ambiente, Lindisley da Silva Rasca Rodrigues, para que seja revogada a Portaria 023 do IAP, que atualmente impede a pesca em determinadas áreas dentro da Baía de Guaratuba no litoral do Paraná, prejudicando o trabalho dos pescadores da região.

Sala das Sessões, em 14.02.08.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

Essa é uma medida fundamental para que os pescadores possam trabalhar e garantir o sustento de suas famílias. A Colônia de Pescadores Z-7, em Guaratuba, tem cerca de 1.200 famílias cadastradas que dependem da pesca. A atual Portaria 023 impede a pesca em determinadas áreas dentro da baía e afeta diretamente o trabalho dos pescadores, porém não interfere em nada no meio ambiente.

De acordo com representantes da Colônia, a pesca é a única fonte de renda da comunidade. Proibidos de trabalhar ficam sem condições de sobreviver. Os pescadores pedem que seja utilizada, para termos de fiscalização, a Portaria Federal nº 8/12 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, que preserva o meio ambiente, com um processo de pesca sustentável.

Conto com vosso apoio nessa solicitação.

REQUERIMENTO Nº 118

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado ofício ao Exmo. Diretor da Polícia Federal Luiz Fernando Corrêa, solicitando a instalação de uma unidade da Delegacia da Polícia Federal em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 14.02.08.

(aa) PÉRICLES DE MELLO, PLAUTO MIRÓ, MARCELO RANGEL e JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

A instalação de uma sede da Delegacia da Polícia Federal em Ponta Grossa/PR é uma reivindicação antiga da comunidade, de entidades de classe e principalmente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do município. Ponta Grossa está localizada em ponto estratégico, além de ser cidade pólo da região dos campos gerais, apresentando condições suficientes para receber o órgão federal.

A Delegacia da PF vai atender o sistema carcerário de 18 municípios da região, além de combater o tráfico de armas e drogas e atender serviços de utilidade pública da população, como a emissão de passaportes. Em maio do ano passado, o mandato acompanhou uma comitiva de lideranças pontagrossenses a Brasília, que adiantou ao Ministro Tarso Genro, os motivos que justificam a instalação de uma Delegacia da PF na cidade.

Conto com vosso apoio nessa solicitação, de extrema importância para a população da região dos campos gerais.

REQUERIMENTO Nº 119

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado ofício ao Exmo. Ministro da Justiça Tarso Genro, solicitando a instalação de uma unidade da Delegacia da Polícia Federal em Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 14.02.08.

(aa) PÉRICLES DE MELLO, PLAUTO MIRÓ, MARCELO RANGEL e JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

A instalação de uma sede da Delegacia da Polícia Federal em Ponta Grossa/PR é uma reivindicação antiga da comunidade, de entidades de classe e principalmente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do município. Ponta Grossa está localizada em ponto estratégico, além de ser cidade pólo da região dos campos gerais, apresentando condições suficientes para receber o órgão federal.

A Delegacia da PF vai atender o sistema carcerário de 18 municípios da região, além de combater o tráfico de armas e drogas e atender serviços de utilidade pública da população, como a emissão de passaportes. Em maio do ano passado, o mandato acompanhou uma comitiva de lideranças pontagrossenses à Brasília, que adiantou ao Ministro Tarso Genro, os motivos que justificam a instalação de uma Delegacia da PF na cidade.

Conto com vosso apoio nessa solicitação, de extrema importância para a população da região dos Campos Gerais.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 022/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As escolas de ensino médio integrantes do sistema estadual de ensino incluirão em seu currículo conteúdos e atividades relativos à disciplina de Sociologia.

Art. 2º No conteúdo curricular a que se refere o artigo 1º deve observar as seguintes diretrizes:

I - As escolas de ensino médio do Paraná integrantes do sistema estadual de ensino incluirão em seu currículo conteúdos e atividades relativos aos valores éticos e à cidadania;

II - noções de política e a importância do voto;

III - estudo dos direitos e deveres do cidadão no mundo atual;

IV - difusão de valores de convívio social e de respeito ao bem comum e à ordem democrática;

V - defesa do pluralismo e rejeição de qualquer forma de preconceito ou discriminação;

VI - estímulo à ação comunitária.

Art. 3º No conteúdo disciplinar deve lecionar os seguintes conteúdos:

I - Plano Diretor

II - Estatuto da Cidade

III - Lei Diretrizes Orçamentárias

IV - Orçamento Público

V - Plano Plurianual

VI - Estatuto do Idoso

VII - Estatuto da Criança e do Adolescente

VIII - Lei Orgânica de Assistência Social

IX - Sistema Único de Saúde

X - Lei Maria da Penha

X - O conteúdo disciplinar deverá ser complementado conforme orientação expressa na Lei nº 15228/06.

Art. 4º A Secretária da Educação, decidirá sobre a carga horária a ser dedicada ao componente curricular de que trata esta lei, que poderá também ser cumprida mediante a realização de visitas, conferências, palestras ou outras programações que contribuam para a formação dos alunos.

Art. 5º A Secretaria de Estado de Educação, tomará as medidas cabíveis para a implantação desta lei.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.02.08.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

O filósofo e sociólogo Gilson Teixeira Leite (Jornal A Gazeta em 11/12/00) afirmou que “se é imprescindível dominar a informática e todas as novas tecnologias para uma colocação qualificada no mercado de trabalho, também se faz necessário, no universo educacional, problematizar a vida do próprio aluno, sua existência real num mundo real, com suas implicações nos diversos campos da vida: ético-moral, sociopolítico, religioso, cultural e econômico”. E conclui que “a volta das disciplinas humanísticas - filosofia, sociologia, antropologia, psicologia, entre outras - tem muito a contribuir com a formação do jovem naquilo que lhe é mais peculiar: o questionamento. Desmistificando ideologias e apurando o pensamento crítico das novas gerações, poderemos continuar sonhando, e construindo, um país, não de

iguais, mas justo para mulheres e homens que apenas querem viver”.

Isto nos remete à contribuição que a sociologia pode dar para o desenvolvimento do pensamento crítico, não porque teria um conteúdo imprescindível - não devemos pensar de modo messiânico na sociologia. Nem o pensamento crítico se desenvolve devido à aprendizagem de algum tipo especial de conteúdo. Como Gilson bem expressou, a sociologia tem a contribuir para o desenvolvimento do pensamento crítico, ao lado de outras disciplinas, pois promove o contato do aluno com sua realidade, e podemos acrescentar, bem como o confronto com realidades distantes e culturalmente diferentes. É justamente nesse movimento de distanciamento do olhar sobre nossa própria realidade e de aproximação sobre realidades outras que desenvolvemos uma compreensão de outro nível e crítica.

O conhecimento sociológico certamente beneficiará nosso educando na medida em que lhe permitirá uma análise mais acurada da realidade que o cerca e na qual está inserido. Mais que isto, a sociologia constitui contribuição decisiva para a formação da pessoa humana, já que nega o individualismo e demonstra claramente nossa dependência em relação ao todo, isto é, à sociedade na qual estamos inseridos. Segundo a socióloga Cristina Costa “o conhecimento sociológico é mais profundo e amplo do que a simples formação técnica - representa uma tomada de consciência de aspectos importantes da ação humana e da realidade na qual se manifesta. Adquirir uma visão sociológica do mundo ultrapassa a simples profissionalização, pois, nos mais diversos campos do comportamento humano, o conhecimento sociológico pode levar a um maior comprometimento e responsabilidade em que se vive” (Sociologia - introdução à ciência da sociedade, Cristina Costa, Editora Moderna, 1997).

Precisamos apresentar aos nossos estudantes os avanços que tem sido feito em relação a política urbana, os planejamentos e organização de nossas cidades e regiões a fim de que os mesmos possam participar e possuir elementos capazes de orientar o futuro de cada ser.

Isso é uma tarefa difícil, pois historicamente não estamos acostumados a planejar a médio e longo prazo. A disciplina de Sociologia, poderá ser um auxílio, para trabalharmos a cultura de planejamento das políticas públicas.

Muitas pessoas não sabem o que vem a ser um Plano Diretor, e é necessário apresentar com um instrumento que garantirá a todos os cidadãos e cidadãs do município um lugar para morar, trabalhar e viver com dignidade, propiciará políticas de saneamento, transporte e mobilidade adequada, trânsito seguro e acesso aos equipamentos urbanos.

O Estatuto da Cidade, o Plano Diretor, a LDO, a LOA e o PPA são instrumentos que não podem ser de forma alguma um documento apenas técnico, deve ser informativo, participativo, também não deve ser apresentado como a solução de todos os problemas. Mas sim como um instrumento onde a sociedade pode e deve participar.

Com a introdução de conteúdos que falam do dia-a-dia dos cidadãos, apresentamos um projeto de escola onde o seu conteúdo político-pedagógico ajudará a construir um estado educador cada vez maior e transformar nossas cidades em centros de cidadania.

O conhecimento se esvazia de sentido, do ponto de vista da democracia, se não contribuir para formar pessoas que sejam capazes de cooperação, de solidariedade, de diálogo, de construir a convivência social que faz possível a vida sustentável e com dignidade para todos. Para a maioria das crianças, é a escola que marca o início da sua atuação pública. É na escola que muitas delas vivem o primeiro encontro com a sociedade e têm a oportunidade de, por meio da participação, começar a construir sua autonomia. É aí que ela se depara com o público, com o início da construção do significado do que é “coletivo”. Ela começa a entender o sentido da expressão “Não é só seu”. É também seu”. O significado de público começa a se definir. Ela compartilha tempos coletivos: hora do recreio, hora de aula, hora das avaliações... Ela compartilha espaços e objetos: sala de aula, brinquedos, lousas, giz, material escolar. Ela começa a interagir com bens coletivos, com linguagens coletivas.

PROJETO DE LEI Nº 023/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação de Créditos - PRC, das operações de titularidade do estado do Paraná adquiridos por ocasião do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná S.A., denominado “Ativos” e do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, com o objetivo de tornar viável a regularização dos débitos e demais acréscimos legais, inclusive os ajuizados.

Parágrafo Único. O Programa será administrado pela Agência de Fomento do Paraná S.A.

Art. 2º O ingresso no Programa dar-se-á por opção do devedor principal, devedor solidário ou assuntor, que fará jus a regime especial de consolidação, quitação e parcelamento dos débitos a que se refere o artigo 1º.

§ 1º A opção poderá ser formalizada até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados da publicação desta lei.

§ 2º Os débitos existentes serão consolidados tendo por base a data da formalização do pedido de ingresso no Programa de Recuperação de Crédito-RPC.

§ 3º Realizada a consolidação dos contratos vigentes, os que estiverem em situação de inadimplência, serão recalculados mediante correção monetária pela Taxa Referencial-TR, a partir da primeira inadimplência, acrescidos de juros de 3% (três por cento) ao ano, excluídas quaisquer penalidades e encargos acessórios, passando este a ser o valor devido.

§ 4º A partir da consolidação do débito e consequente recálculo, fica ele sujeito a correção monetária pela Taxa Referencial - TR, acrescido de juros de 3% (três por cento) ao ano.

§ 5º O optante em situação de adimplência poderá solicitar que seus contratos sejam corrigidos pela Taxa Referencial-TR, acrescidos de juros de 3% (três por cento) ao ano em substituição aos encargos vigentes, a partir da adesão ao Programa de Recuperação de Créditos-RPC.

Art. 3º O saldo devedor consolidado poderá ser repactuado e amortizado no prazo máximo e improrrogável de até 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas, vedada a concessão de carência, conforme requerido pelo optante.

Parágrafo Único. O optante que comprovar a sazonalidade de sua atividade precípua poderá solicitar que a forma de pagamento seja diversa da mensal, respeitado o prazo máximo de 10 (dez) dias, devendo ser efetuado, no mínimo, um pagamento anual.

Art. 4º A competência para deferir a repactuação prevista nesta lei é do Comitê de Gestão e Controle.

Parágrafo Único. Em se tratando de operações ajuizadas de titularidade do estado do Paraná, originárias do Banco do Estado do Paraná S.A., denominado “Ativos” após o deferimento pelo Comitê de Gestão e Controle, o procedimento será encaminhado ao Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado do Paraná para deliberação final.

Art. 5º A adesão ao Programa de Recuperação de Créditos - RPC implica confissão irrevogável e irretroatável dos débitos, assim como, exige, para seu deferimento, a expressa renúncia a qualquer defesa, recurso administrativo ou ação judicial para discussão dos contratos repactuados.

§ 1º No caso de regularização de débitos já ajuizados, a repactuação fica condicionada ao pagamento das custas judiciais e dos honorários advocatícios.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, os honorários advocatícios serão devidos no percentual de até 4% (quatro por cento) calculado sobre o saldo devedor consolidado.

Art. 6º O atraso no pagamento de parcela superior a 90 (noventa) dias, importará na imediata revogação da repactuação, com a exigência do saldo do crédito confessado, prevalecendo os benefícios desta lei apenas proporcionalmente aos valores pagos.

Art. 7º Os benefícios previstos nas Leis nºs 14936 e 14937, de 12 de dezembro de 2005, não são cumulativos com o disposto nesta lei.

Art. 8º Os contratos repactuados na forma desta lei poderão ser amortizados mediante compensação com precatórios requisitórios vencidos e inscritos no Orçamento do Estado do Paraná.

§ 1º A compensação prevista no *caput*, poderá ser total o parcial, desde que, equivalente a no mínimo 10% (dez por cento) do valor total do débito.

§ 2º A compensação prevista no *caput*, poderá ser efetivada durante o prazo de parcelamento requerido pelo optante.

§ 3º Em sendo a compensação de forma parcial, o saldo remanescente não compensado, será amortizado nas parcelas vicendas restantes do parcelamento.

§ 4º A correção dos valores da dívida a ser compensada e do precatório requisitório apresentado será realizada até a data do protocolo do requerimento de compensação.

§ 5º Os precatórios apresentados para fins de compensação, deverão ser expedidos, processados, deferidos e registrados pelo Tribunal competente, não podendo sobre os mesmos haver pendência de recurso judicial de qualquer espécie.

§ 6º Os precatórios a serem utilizados para fins de compensação, poderão ser próprios ou adquiridos de terceiros, devendo o optante instruir o pedido com:

I - Certidão expedida pelo juízo competente do precatório que se pretende compensar, no caso de créditos originalmente pertencentes ao próprio optante.

II - Escritura Pública de Cessão de Direitos, devidamente homologada pelo juízo da execução, caso o precatório que se pretenda compensar, seja referente a créditos adquiridos de terceiros.

Art. 9º O requerimento para compensação deverá ser protocolado na Agência de Fomento do Paraná S.A., e sujeitar-se-á ao exame de admissibilidade dos precatórios requisitórios apresentados pela Procuradoria Geral do Estado, a qual poderá indeferir-lo, fundamentadamente.

Parágrafo Único. Não sendo admitidos os precatórios requisitórios, o pedido será extinto com a devolução dos documentos apresentados ao optante.

Art. 10 Após a admissibilidade realizada pela Procuradoria Geral de Estado, o requerimento de compensação com precatórios requisitórios será submetido ao Comitê de Gestão e Controle para deliberação.

Parágrafo Único. Comunicado do deferimento do pedido de compensação, o optante, deverá, no prazo de 10 (dez) dias, informar ao Juízo a compensação operacionalizada, apresentando à Agência de Fomento do Paraná S.A. comprovação de tal providência.

Art. 11 Para a extinção da dívida, no caso de compensação com precatórios requisitórios, o optante deverá apresentar à Agência de Fomento do Paraná S.A. a decisão homologatória do Juízo referente à compensação.

Art. 12. A compensação, nos termos desta lei, não será considerada para efeitos de repasse de valores para União, uma forma de arrecadação de valores.

Art. 13. A Secretaria de Estado da Fazenda observará, para fins de assentamentos contábeis da compensação, a ordem cronológica de apresentação dos precatórios, bem como as eventuais reduções de valores compensados na forma desta lei, ficando o devedor, entretanto, quite com a obrigação compensada.

Art. 14. O disposto nesta lei não se aplica a débitos decorrentes da alienação de bens móveis e imóveis de titularidade do estado do Paraná denominados “Ativos” e daqueles de titularidade do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, efetivados através de processo licitatório.

Art. 15. Ficam revogadas a Lei nº 14606, de 05 de janeiro de 2005 e os Decretos nº 4428, de 01 de março de 2005 e nº 3398, de 23 de julho de 2004, respeitados os direitos adquiridos.

Art. 16. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.02.08.

(aa) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

ALEXANDRE CURI

NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Visa o projeto de lei que ora se propõe regular definitivamente a relação jurídica havida entre o estado do Paraná e os mutuários cujos contratos são oriundos do Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, bem como os de titularidade do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE.

Grande parcela destes contratos encontra-se em situação de inadimplência sendo que seus mutuários estão distribuídos em diversos segmentos da economia paranaense.

Ressalte-se, que o estado do Paraná, por ocasião do processo de saneamento do Banco do Estado do Paraná S.A., celebrou com a união, contrato de abertura de crédito e de compra e venda de ações, no qual o ente federal colocou a disposição, originalmente a importância de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) para a aquisição de “Ativos”, da carteira de desenvolvimento do BANESTADO e de R\$ 188.000.000,00 (cento e oitenta e oito milhões de reais) para a aquisição de ativos de crédito de baixa rentabilidade ou de baixa liquidez.

Depreende-se, assim, que o estado do Paraná já incorreu com os recursos destinados ao saneamento da instituição financeira estadual, sendo que as medidas de gestão e cobrança visam diminuir o prejuízo já consolidado.

Já com relação ao Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, o estado do Paraná fez, por diversas ocasiões, aporte substanciais de recursos destinados ao desenvolvimento estadual em diversos setores, tanto na esfera pública, como na iniciativa privada, tendo, ainda, ao longo do tempo realizado a troca de “Ativos” com

outras instituições financeiras (BANESTADO, BADEP, BRDE) nem sempre favoráveis ao citado fundo.

Tendo em vista as razões acima expostas, pedimos aos Pares desta Casa o apoio e o voto favorável para a criação do Programa.

PROJETO DE LEI Nº 024/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Toda uva fina de mesa produzida no estado do Paraná, deverá ser fiscalizada pela Vigilância Sanitária Estadual e Municipal, impedindo que esta chegue ao mercado consumidor com grau Brix, inferior a 13 (treze).

Parágrafo Único. A fiscalização de que trata o *caput* deste artigo dar-se-á em razão de que os frutos com grau fora destas condições tornam-se impróprios para o consumo humano, prejudicando a sua comercialização.

Art. 2º Para a perfeita execução da presente lei, a Vigilância Sanitária Estadual e/ou Municipal quando em serviço de fiscalização, far-se-á acompanhar de um técnico da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Secretarias Municipais de Agricultura e/ou da EMATER, podendo ter acesso às parreiras, barracões das zonas urbana e rural, bem como a veículos que estejam transportando o fruto.

Art. 3º Em se detectando produtos impróprios abaixo do Brix estabelecido, deverá a Vigilância Sanitária, e o técnico citado no artigo anterior, embargar o produto e encaminhar os autos ao Ministério Público, ao Ministério da Agricultura (CONAB-PR), à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, à Delegacia da Receita Federal e Estadual e ao Banco do Brasil, para que sejam tomadas as medidas cabíveis, pelos respectivos órgãos.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.02.08.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

A cadeia produtiva de Uva Fina de Mesa do Estado do Paraná tem enfrentado sérias dificuldades na comercialização por não haver um controle estadual sobre a comercialização da uva em grau fora das condições ideais o que os torna impróprios para o consumo humano.

No caso da Uva Fina de Mesa, o grau Brix que determina o teor do açúcar e que define o sabor, deverá ter o grau 13 (treze), mínimo exigido pelo órgão de controle nacional para que seja colocado no mercado.

No entanto, vários produtores têm comercializado o produto abaixo de treze, comprometendo a qualidade do nosso produto que é vendido não só no estado do Paraná, mas em todo o território nacional, tornando um

risco para o mercado produtor em função da queda da qualidade. Como o índice de competitividade é grande, nestes momentos de globalização faz-se necessária a fiscalização e o rigor, por parte da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, tanto a estadual como as municipais, visando garantir a qualidade do produto produzido e consumido no estado.

Marialva, município conhecido como a Capital da Uva Fina, regulamentou através de Decreto nº 1027/05, do Prefeito Humberto Feltrim a comercialização apenas do produto com grau superior a 13 Brix, o que aprimorou a qualidade das uvas ali produzidas, conseguindo enorme aceitação no mercado interno, como no estado e em parte do Brasil.

Uma legislação de nível estadual vai oferecer mais segurança aos municípios produtores de uva, bem como oferecer instrumentos legais para que as Secretarias Municipais de controle da agricultura, abastecimento e meio ambiente, possam agir com mais eficácia e segurança no controle da venda dos produtos com teor abaixo do permitido.

Desta forma, vimos solicitar dos nobres companheiros parlamentares, o devido apoio para a aprovação do presente projeto.

Posse de Deputado

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Tendo em vista o pedido de licença do Deputado Mamede, esta presidência convoca o suplente, Deputado Jonas Guimarães, para assumir a vaga do Deputado Mamede.

Convido o Deputado Antonio Anibelli e o Deputado Teruo, por gentileza, que acompanhem o Deputado Jonas até à Mesa para que ele possa prestar seu compromisso.

Suspendo a Sessão por alguns instantes.

(É suspensa a Sessão)

(Reaberta a Sessão)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Solicito ao Deputado Jonas Guimarães, que por gentileza leia e preste o compromisso. Solicitaria aos Srs. Deputados que se levantassem, para que ouvíssemos o compromisso do Deputado Jonas.

Deputado Jonas Guimarães (PMDB)

O SR. JONAS GUIMARÃES

(Lê e presta o compromisso)

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Solicito por gentileza à mesma Comissão, ocupada pelos Deputados Antonio Anibelli e Teruo Kato, que acompanhem o Deputado Jonas Guimarães e que já seja providenciada a sua senha, para que ele possa ter o seu nome incluído no painel.

Pequeno Expediente:

Passa-se ao Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto, por cinco minutos.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, senhoras e senhores que nos assistem pela televisão, a TV Assembléia, TV SINAL.

Quero saudar inicialmente esta figura espetacular que está ao seu lado, este fantástico Vice-Governador, pessoa muito querida no estado do Paraná, Orlando Pessuti. Aliás, é preciso fazer este registro, que em todos os momentos da história deste estado, ele sempre está presente. Eu iria falar de outro assunto, mas em homenagem a presença do nosso querido Pessuti, gostaria de usar estes cinco minutos que me são permitidos, de acordo com o Regimento desta Casa, para prestar uma homenagem ao nosso Vice-Governador. Ele que veio pessoalmente, hoje, especialmente prestigiar o nosso companheiro que assume. Vem demonstrando respeito a este Poder Legislativo, tem sido um grande companheiro de todos nós, tem estado em todas as cidades, tem percorrido o estado do Paraná, e quando chamado pelo Governador, assume a condição de Governador.

Não posso perder a oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de prestar a nossa homenagem a este fantástico cidadão Orlando Pessuti. Nosso companheiro que foi nesta Casa, mas acima de tudo é um homem para o Paraná pensar, analisar e lembrar, porque em todos os momentos neste estado, ele sempre está presente.

Os Deputados de Ponta Grossa podem confirmar o que vou dizer. É um dos mais presentes, nos momentos mais difíceis da nossa cidade, nos campos gerais. Lá estava o Pessuti, até naquela famosa reunião, em que ele ficou seis horas, após uma cirurgia, defendendo os interesses do nosso povo.

Então, Governador Pessuti, não poderia deixar de lhe prestar esta homenagem, pelas coisas boas que V. Exa. tem feito a este estado. Quero lhe dizer que sou um admirador da sua pessoa, da sua humildade, da sua simplicidade, e principalmente, V. Exa. é um homem que dá retorno a todas as ligações que fazemos, até para dizer não, mas dá. O Paraná precisa prestar atenção nisso, precisa prestar atenção no que chamamos - e que falta bastante - de respeito. E V. Exa. tem sido um grande companheiro de todos nós. Eu me sinto muito à vontade para falar de V. Exa.

Então, quero aproveitar este dia, aqui, para lhe prestar esta homenagem, em nome de Ponta Grossa, em nome dos campos gerais, pelo que V. Exa. tem feito, por ter nos atendido, estado presente, conversado, discutido, sendo o nosso advogado. E tenho certeza que o Governador Requião, quando faz aquelas pequenas confusões

dele, o que é normal do Requião, V. Exa. é um verdadeiro bombeiro apagador de incêndio e por isso merece todos os nossos elogios. E espero vê-lo muito longe, porque acho que o Paraná precisa começar a gostar de quem gosta da gente. Precisamos gostar de quem gosta da gente.

E quero aproveitar, Sr. Presidente, para dizer aqui que vamos votar na escolha do Conselheiro do Tribunal de Contas, em breve, nesta Casa. Vai abrir uma vaga e quero aqui abrir o meu voto. Vou votar no Deputado Durval Amaral, porque na vez passada, quando fui procurado pelo Deputado Durval Amaral, ele me pediu para votar nele e eu disse: não, eu tenho um compromisso com o Pessuti. Mas, na próxima, se eu estiver aqui, voto em V. Exa. Meu voto está aberto ao homem que representa este Parlamento e, haverá de ser daqui, já tem meu voto, pelo simples respeito por ser desta Casa. Meu voto para Conselheiro do Tribunal de Contas vai ser para o Deputado Durval Amaral e não aceitarei pressão de ninguém.

Parabéns, Pessuti.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em nome do Governador Pessuti, tomo a liberdade de agradecer as palavras do Deputado Jocelito Canto, a pedido do Vice-Governador.

Segundo orador inscrito é o Deputado Teruo Kato.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

Em nome do nosso Líder maior, o Deputado Duílio - ele está com um problema dentário - quero dirigir uma palavra carinhosa ao querido amigo Orlando Pessuti.

Posso dizer querido porque temos um laço de amizade que vem do ano de 1970, quando como candidato a Deputado Estadual era apoiado em Jardim Alegre pelo saudoso Natal Pessuti, carinhosamente chamado de Sr. Natalino. E conheço a luta do jovem estudante. Orlando Pessuti venceu com garra, perseverança, sem dinheiro para poder estudar, vir morar em Curitiba. Depois ingressou na política com uma carreira brilhante. Eu quero, Orlando Pessuti, não preciso de nada, nada do Governo, sou da Oposição, e aqui não é nenhum Deputado da Oposição falando ao Vice-Governador, mas é um Deputado saudando o Orlando Pessuti. V. Exa. está de parabéns. No almoço que o nosso Presidente organizou para celebrar o reinício dos trabalhos, o início do novo ano legislativo, havia um consenso, uma unanimidade e altos elogios à figura humana deste homem chamado Orlando Pessuti. O Orlando Pessuti é um leão para trabalhar, Sr. Presidente, porque em quase todas as regiões do Paraná que um Deputado está, algum Parlamentar dá de encontro, se encontra com Orlando Pessuti trabalhando.

Então quero, terminando, dizer que é um guerreiro, um trabalhador, mas acima de tudo que trata a todos nós com humanidade e com respeito. Muito obrigado, Orlando Pessuti, V. Exa. age como um estadista, pena que no Governo Requião nem todo mundo é assim, porque ali tem umas pessoas que tratam, principalmente o pessoal da Oposição, no coice, no chute, com a ferradura. E V. Exa. mostra habilidade, mostra que é um estadista no exercício do alto cargo que ocupa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, peço um minuto de compreensão ao nobre Deputado Teruo Kato que está na tribuna, naturalmente para saudar o nosso Vice-Governador. Mas queria, como fui aqui instigado pelo nobre Deputado Antonio Belinati, trouxe hoje para esta Casa o jornal Notícias do Paraná que foi distribuído ontem, sobre a grande Curitiba e sobre Ponta Grossa, e trouxe aqui também alguns exemplares do jornal de Londrina que queria passar às mãos do Deputado Antonio Belinati, e o que o Governo do Estado fez por Londrina. Aqui tem um relato de uma parte disso tudo e queria passar às suas mãos até em respeito ao povo londrinense.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, como ontem encerramos a Sessão falando de Regimento eu inicio a Sessão de hoje falando em Regimento. Regimentalmente o Deputado Romanelli está certo em falar do jornal agora, acho que até devíamos abrir uma exceção para ele ler todo o jornal de Londrina agora porque regimentalmente ele tem cumprido o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Teruo Kato.

Deputado Teruo Kato (PMDB)**O SR. TERUO KATO**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nosso amigo e companheiro, Vice-Governador Orlando Pessuti, gostaria também de saudar o Pessuti, esse que tem sido um grande companheiro, um lutador pelas causas principalmente do interior do estado e, portanto, é uma satisfação, Pessuti, que esteja aqui conosco. Quero saudar também e dar as boas-vindas ao Deputado Jonas Guimarães que é de Cianorte, portanto da região noroeste do estado do Paraná e que vem somar conosco na luta pelas causas da nossa região, juntamente com outros Deputados que fazem parte da grande região noroeste, é o caso do Deputado Anibelli, Douglas Fabrício, Cida Borghetti.

Sr. Presidente, venho hoje aqui para falar, com muita alegria já que estamos reiniciando os trabalhos aqui na Assembléia com a TV SINAL, coincidindo com o retorno dos alunos às aulas e nesta semana vejo com muita alegria que a revista Veja dá um destaque especial a essa questão tão importante que é a Educação no nosso país. A Veja traz dois artigos falando sobre a Educação, uma entrevista com a Secretária da Educação do Estado de São Paulo, Maria Helena Guimarães de Castro.

Portanto, dando um enfoque todo especial a esse assunto que tenho debatido aqui na Assembléia, incansavelmente, porque vejo que uma das formas de transformação deste país é justamente o investimento na Educação e que possamos adotar medidas eficientes para que possamos dar aos nossos alunos a Educação de

qualidade que eles merecem. Nessa reinício das nossas atividades aqui na Assembléia é com muita satisfação que vemos matérias sobre essa questão e que vão dando o norte para que possamos estar lutando, unidos para que a Educação no nosso país possa melhorar. Temos alguns assuntos importantes para ressaltarmos aqui para que a Educação no nosso país possa ter um rumo diferente. Com certeza temos que ter programas para melhorar a formação de nossos professores.

É o caso do Paraná que tem programa de desenvolvimento educacional, programas de valorização aos bons professores. E é isso que o Governo do Estado de São Paulo está implementando, ou seja, um sistema para premiar os bons professores, premiar o mérito daqueles que se dedicam à Educação de qualidade, que se aperfeiçoam e que têm o aluno como o seu público alvo, ou seja, aquele que precisa da nossa atenção para que ele possa ter um ensino de qualidade. E logicamente que um dos assuntos de extrema importância que temos que estar discutindo e buscando um caminho é com relação aos Diretores de escola. O que nós temos verificado? Qualquer atividade, qualquer empresa, qualquer local vai se destacar, e para se conseguir os resultados almejados é preciso que hajam boas lideranças. E nas escolas a maior liderança é o Diretor de escola.

Portanto, o Diretor de escola tem que ter o mínimo de preparo para exercer aquela função, tem que ter liderança, planejamento, tem que saber cobrar resultado. E é nesse sentido que venho hoje nesta tribuna dizer que temos que ter um enfoque especial à Educação, e para isso conto com a colaboração de todos os Deputados aqui da Assembléia.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente Deputado Professor Luizão.

Deputado Professor Luizão (PT)**O SR. PROFESSOR LUIZÃO**

Sr. Presidente, componentes da Mesa, Vice-Governador Orlando Pessuti que muito nos honra com a sua presença nesta manhã na Assembléia Legislativa, Deputado Jonas Guimarães seja bem-vindo, conte com o nosso apoio aqui nesta Casa.

Sr. Presidente, já há alguns dias venho tentando me inscrever para falar, mas está bastante concorrido aqui o espaço da falação, provavelmente devido à TV SINAL que agora os Deputados têm a oportunidade de falar não só para dentro mas para fora da Assembléia através da TV Assembléia. Mas quero destacar nesta primeira participação do ano aqui desta tribuna sobre a vinda do Governador na abertura dos trabalhos desta Casa. Considero que foi uma grande participação do Governador quando, na abertura dos trabalhos da Assembléia Legislativa, enquanto muitos esperavam que o Governador viesse para

a briga, para o ataque ou para a defesa, enfim, ele veio com o discurso positivo, um discurso mostrando realizações no estado do Paraná, que era justamente isso que a gente esperava, principalmente nós da Bancada de apoio ao Governo do Estado. Para nós é gratificante estar constatando que este Governo tem cumprido a sua função, tem realizado muitas obras por esse Paraná a fora e tem agora já mostrado essas obras, e tem muito que mostrar.

Então, estamos percebendo que o Paraná está no caminho certo, o Governo tem estado ao lado da população que mais precisa do Governo. E destaco aqui a área da Educação, no ano passado tivemos muitos avanços na área da Educação. Destaco, primeiramente, logo no início do ano o reajuste salarial que o Magistério paranaense recebeu de 17,04%. Foi um reajuste histórico, uma grande negociação que fizemos com o Governo. O Governador Requião reconheceu a dívida que ele tinha com o magistério paranaense de muitos anos. Fomos beneficiados, eu que represento a Educação no estado do Paraná, com um reajuste bastante merecido pelos professores que desempenham uma função de alta importância no estado do Paraná, e que durante muitos anos, principalmente do Governo Lerner, não tiveram nenhum tipo de reajuste, sendo os seus salários cada vez mais corroídos pela inflação.

Já no início do ano o Magistério paranaense recebeu esse grande presente do Governo do Estado que é um direito seu, nada mais que a correção das perdas dos anos que se passaram durante esse Governo.

Tivemos uma modificação da lei dos professores temporários. Não só dos professores da rede estadual do ensino fundamental e médio, mas também dos professores das universidades. Tínhamos uma deficiência na Lei nº 108/05, que impedia a recontração dos professores temporários. Graças a uma emenda minha em conjunto com o Líder do Governo, Deputado Romanelli, e o apoio dos demais componentes desta Casa, conseguimos modificar essa lei. De forma que hoje o professor temporário pode ser recontratado diversas vezes, coisa que antes estava impossibilitado de fazer. O professor trabalhava no máximo dois anos, daí tinha que aguardar dois anos para ser contratado novamente. Em acordo com o Governo, com a participação do sindicato que representa a nossa categoria, conseguimos modificar essa lei, permitindo que os professores temporários pudessem ser recontraçados novamente. Naquela ocasião, também recebemos muitas críticas aqui de Parlamentares dizendo que tinha que ter concurso, que não podia se perpetuar a contratação de professores temporários. Mas, é bom destacar que sempre vai haver a necessidade de professores temporários.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

V. Exa. tem um minuto.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, solicito o horário da Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

V. Exa. tem mais 10 minutos.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Naquele momento muitos Parlamentares levantaram essa questão de que haveria necessidade de concurso público. Levantaram corretamente porque também defendemos o concurso público, que dá mais segurança ao professor que vai ter estabilidade e mais segurança também para as escolas do Paraná, porque vão ter sempre a certeza do quadro completo no início de cada ano. Mas, sempre vai ter a necessidade do professor temporário para suprir a falta daqueles professores que estão em licença para o tratamento de saúde, em licença-maternidade, àqueles professores que estão se aposentando.

Mas, o Governo, que é um Governo que tem procurado estabilizar muitos funcionários, tem feito muitos concursos públicos, também realizou concurso público, ainda no final do ano passado, para efetivação dos professores. Muitos professores estão sendo chamados para fazer o exame, deverão ser efetivados ainda neste ano.

A Educação tem muito que agradecer pelos avanços que estamos podendo assistir, graças à visão do Governo do Estado, que tem visto a Educação como prioridade.

Devemos destacar aqui o percentual de 30% da arrecadação do estado destinado à Educação, porque pela Constituição Federal o estado teria por obrigação investir 25% da sua arrecadação na Educação. O estado do Paraná de uma forma bastante avançada de uma forma que sai na frente de muitos outros estados, corajosamente, destinou através de projeto de lei, 30% para a Educação. Nós acompanhamos a execução do orçamento do ano passado e foi realmente executado os 30%.

Então, temos a garantia aqui no estado do Paraná, que a Educação vai ter sempre recursos suficientes para pagar bem seus profissionais, para contratar servidores quando necessário, para equipar as nossas escolas e para fazer reformas, ampliação e construção de novas escolas pelo Paraná. É uma garantia do povo paranaense que a Educação do Paraná vai ser um exemplo, porque tem garantido, tem previsto no seu orçamento, 30% destinado à área da Educação.

E para os próximos anos, temos como perspectiva, a partir deste ano, a efetivação de muitos professores que passaram no concurso público. Temos a perspectiva da dobra do padrão. Tem muitos professores que têm um concurso no Governo do Estado, Deputado Teruo Kato, que acompanha muito a área da Educação, temos muitos professores que passaram no concurso: 20 horas-aula. Aí, o professor quer fazer outro concurso, porque ele quer trabalhar 40 horas e não quer aula extraordinária.

Mas, no momento em ele é chamado num outro concurso, tem que novamente começar do zero, mesmo que ele tenha 10, 20 anos de Magistério. No outro padrão,

ele tem que novamente entrar fazendo o estágio probatório, como se ele nunca tivesse trabalhado na Educação. Ele tem que cumprir os três anos de estágio probatório.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Apenas para ressaltar um ponto do seu pronunciamento: V. Exa. afirmou que o Governo cumpriu a lei dos 30% em Educação. Foi isso o que ouvi?

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Foi isso.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Apenas isto que eu queria ter certeza que V. Exa. afirmou da tribuna.

Muito obrigado.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Aproveitando seu aparte, acompanhei o ano passado, juntamente com o sindicato que representa nossa categoria, acompanhamos a execução do orçamento, inclusive com apoio técnico do DIEESE. Acompanhamos passo a passo para que houvesse garantia da execução dos 30% previstos em lei. E pelo que tenho de informação, foram cumpridos os 30%. Inclusive, para serem cumpridos os 30% do ano passado, foi empenhado para este ano, muitas obras que estavam licitadas, já estão com o dinheiro garantido para o pagamento destas obras.

E também os professores tiveram suas férias pagas com o dinheiro que muitos anos tiveram que aguardar, da arrecadação do próximo ano, para poder receber o percentual de férias do ano anterior. E este ano os professores já estavam com o dinheiro das suas férias empenhado, garantido no começo do ano. Então, considero os 30% um grande avanço.

Mas, voltando ao tema que eu estava falando, o professor que já tinha vários anos trabalhando na Educação, efetivado por concurso público, na hora em que faz outro concurso ele tem que passar por todo o processo de estágio probatório, para subir nível por nível, mesmo já tendo passado por todo este processo, num concurso anterior. Então, é uma incoerência. O mesmo professor ter que passar por todo um processo, como se metade dele tivesse novamente que iniciar a carreira no Magistério.

O ano passado foi formada uma comissão com representantes da Secretaria da Educação, Secretaria da Administração, representantes da nossa categoria profissional, e está sendo elaborada uma resolução onde permitirá que o professor que já tenha o concurso público possa dobrar suas aulas para 40 horas, sem a necessidade de passar por todo este processo novamente.

Espero que em breve a Secretaria da Educação assine esta resolução, permitindo a mais de 20 mil professores do Paraná, estabilizar em 40 horas-aula, já que escolheram como profissão e vão se aposentar nesta profissão. Não seria justo que o professor terminasse cumprisse sua idade, cumprisse sua contribuição

previdenciária e se aposentasse só com 20 horas-aula, uma vez que a maior parte do seu tempo ele trabalhou as 40 horas-aula.

Nós também temos perspectiva, ainda para este ano, uma vez que temos orçamento para isso, a contratação de agentes de apoio para nossas escolas, a contratação de mais funcionários administrativos, e claro, a continuidade das obras de reforma, ampliação e também equipamentos nas nossas escolas.

Eu, particularmente, afora a polêmica levantada em relação às TVs que já estão praticamente em todas as escolas do Paraná, considero um grande avanço na Educação do Paraná as TVs, que vão permitir uma evolução na Educação do Paraná. O professor vai poder usar a tecnologia para ensinar os seus alunos de uma forma muito mais atrativa. Nossos alunos estão acostumados com a tecnologia. Então, hoje, quando ele chegar na sala de aula vai poder usar a tecnologia.

O Paraná é pioneiro nesta tecnologia de ensino-aprendizagem.

Estamos em negociação, já existe um projeto de emenda constitucional da Deputada Cida Borghetti e apoiado por muitos Deputados, onde prevê a aposentadoria especial dos Diretores. O Diretor exerce uma função de extrema importância. Mas, quando eleito para dirigir uma escola ele é penalizado, porque ele perde o direito de aposentadoria especial naquele período que está Diretor da escola. E direção tem que ser exercida por um professor. Então, não é justo.

Temos esperança que essa matéria seja votada logo.

Quero manifestar aqui o meu otimismo com o Governo do Estado com relação à Educação do Paraná. Claro que vamos continuar acompanhando a execução do orçamento, para garantir o cumprimento da execução dos 30% ano-a-ano, para podermos avançar mais na Educação do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência, a pedido do Deputado Douglas Fabrício, registra a presença do Prefeito de Quarto Centenário, Sr. Reinaldo Crachinski, da mesma forma a Sra. Gilmara, Chefe de Esportes de Umuarama e do Presidente do PSDB de Quarto Centenário, Sr. Carlos Roberto da Silva. Também registramos a presença do Sr. Pedro dos Santos, Presidente do Instituto Catena.

Sejam bem-vindos ao nosso plenário.

Com a palavra o Deputado Cleiton Kielse.

Deputado Cleiton Kielse (PMDB)

O SR. CLEITON KIELSE

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Volto a esta tribuna com o assunto que toquei superficialmente na tarde de ontem, mas ainda mais preocupado.

Ontem tivemos a comunicação do STN, onde fiz a consulta sobre as parcerias que temos via PAC, onde o Governo do Estado já teria assinado R\$ 186 milhões com o Governo Federal, visualizando apoio para as áreas, não só de abastecimento, para as áreas de saneamento básico, de habitação popular, de infra-estrutura, de Segurança Pública, enfim uma lista completa de assuntos pertinentes a todos os municípios do estado do Paraná.

Na consulta que fiz, preocupado com o município de Piraquara, vizinho ao município de Pinhais, a respeito do Guarituba, me surpreendeu a vinculação direta sobre o assunto que toquei a respeito das ações do Itaú. Na segunda-feira agora, dia 11, tivemos a captação e a retirada de R\$ 5 milhões das contas do Governo do Estado, do repasse mensal que é feito todos os meses, via o Fundo de Participação Estadual - FPE - como todos os municípios têm o FPM, nós temos o FPE. Foi retirada a quantia de 5 milhões, mas mesmo assim o STN disse que não libera a certidão negativa do Governo do Estado enquanto não houver no aspecto da constitucionalidade. Muitos estão dizendo que o Governo está sujeito a uma chantagem do Banco Itaú e que vai ficar sem receber os recursos do Governo Federal.

Em 2007, com 28 assinaturas, tivemos a preocupação de instalarmos uma CPI para termos uma pesquisa oficial de quanto o Governo, realmente, deve naquelas ações do Itaú. As ações, que foram palco de uma discussão ainda no tempo do Jaime Lerner, aqui na Assembléia, iniciaram na cifra de R\$ 24 milhões. R\$ 24 milhões era o valor dos corretores que vieram à Assembléia. Os Deputados que ainda estão na Casa são testemunhas de uma briga que não tinha explicação do porquê da compra daquelas ações, mas o total das ações chegava a casa dos R\$ 24 milhões. Passados sete anos, foram pagas de vários estados essas ações, inclusive de Pernambuco e outros estados, reduzindo a menos da metade, isto é, seria R\$ 12 milhões, não em valores exatos, mas superficialmente, a dívida que o Governo teria da negociação do BANESTADO com o Itaú. De 12 milhões para R\$ 1 bilhão. R\$ 960 milhões é uma diferença grande. Não conseguimos raciocinar, nem com juros de cartão de crédito, todas as somas passíveis e possíveis. Com juros judiciais de 12, teríamos 50 milhões em dívidas e não 960 milhões.

Estou vindo a esta tribuna com a matéria que saiu de Brasília sinalizando que, o Governo, já estão sendo debitados os 5 milhões e mais três de multa paralela aos cinco, fora o valor nominal. Estamos falando apenas da multa, não há desconto no valor total. Estou vindo pedir à presidência que venhamos, na semana que vem, realmente, a instalar essa CPI e vamos precisar de técnicos da área financeira e tributária para que essa conta seja explícita a mim e a todos os demais paranaenses. Não posso aceitar que venhamos a ficar, novamente, reféns do Itaú. Itaú que comprou por 1 bilhão e 300 o Banco do Estado, recebeu vários créditos da ordem de quase 900 milhões, fora as ações do Itaú, e tem mais 960 para receber.

Estou em defesa do caixa do Governo do Estado e dos projetos que temos em Brasília, porque sem essa conta gráfica com o STN, nem o estado, nem o Governo, e muito menos os municípios, poderão receber do PAC.

Seria isso, Presidente. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, Deputado Ademar Traiano.

Deputado Ademar Traiano (PSDB)

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Ouvi as colocações do nobre Deputado Professor Luizão, daquela tribuna, fazendo referências ao comportamento do Governador Roberto Requião, quando da sua vinda ao reinício do Poder Legislativo nesta Casa. Mas confesso, Professor Luizão, que até eu não tinha a pretensão de usar a tribuna para fazer ou tecer qualquer tipo de comentário com relação ao Governador Roberto Requião.

Realmente fiquei estarecido quando da presença do Governador, pelo seu novo estilo. Chegou nesta Casa, talvez, porque a TV SINAL estava transmitindo ao vivo, talvez, em função da decisão da Justiça de proibi-lo de usar a TV Educativa para vender a sua imagem, o seu discurso aos paranaenses, com uma nova roupagem. Chegou aqui um Governador com uma plumagem totalmente diferente, com asas de anjo, mostrando ou tentando mostrar ao Paraná que é um novo Governador, desprovido do ódio, do rancor, da mágoa, um Governador manso, pacífico e calmo.

Mas foi apenas naquele dia, Professor Luizão, porque passados alguns dias, percebemos um Governador totalmente diferente, enraivecido, que na verdade não governa para os paranaenses com um todo. Porque entendo que o homem público, depois de investido do cargo público, ele deve desarmar o seu espírito, com o objetivo de abrir as portas do Governo, independente de cor partidária, raça, credo ou cor, abrir as portas do Poder Público para governar o Paraná.

É exatamente sobre isso que eu gostaria de falar, desta posição radical, intransigente do Governador Roberto Requião, quando ele não reconhece os interesses do Paraná e, mais especificamente Srs. Deputados, Deputado Bertoldi, que é aqui da capital, os demais Deputados, quando ele não reconhece o direito adquirido do cidadão, do eleitor, do homem e da mulher da nossa grande Curitiba.

Todos os Srs. Parlamentares lembram perfeitamente do movimento que mobilizamos, aqui no plenário da Casa, com o objetivo de convencer o Governador Roberto Requião a liberar os recursos do Paraná Urbano à Prefeitura de Curitiba, recursos esses prometidos pelo Sr. Governador.

Todos os senhores lembram da marcha que fizemos a Brasília, desprovidos de rancor e de ódio, para buscarmos alternativas e soluções com relação a esse sério problema que o Paraná vive, na liberação de recursos em Brasília, em função daquela pendenga com o Banco Itaú. Fomos nós, Parlamentares da Oposição, que nos somamos a este movimento, porque os interesses do Paraná estão acima de qualquer interesse de ordem pessoal, de todos nós que aqui estamos. Fomos eleitos para defender o Paraná como um todo.

Agora, a Prefeitura de Curitiba acaba de ter uma decisão favorável aos interesses dos curitibanos com relação a esta pendenga de uma possível dívida, de um comprometimento da Prefeitura de Curitiba, com relação ao Governo do Paraná. O Tribunal de Justiça acaba de dar uma decisão favorável à Prefeitura de Curitiba.

Sr. Presidente, falo no horário da Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. tem mais dez minutos.

Passa a usar o horário da Liderança do PSDB

O SR. ADEMAR TRAIANO

Pois não.

Pasmem os senhores, fico intrigado e indignado ao ouvir uma declaração de um homem como o Governador Roberto Requião, que tem o dever e a responsabilidade de governar para o Paraná como um todo. Na minha compreensão e na minha limitada visão, talvez não possa entender o seu comportamento com relação àqueles que historicamente lideram grandes e magistras votações aqui na capital do estado. Vira as costas para a sua gente quando diz com todas as letras que não vai cumprir o compromisso com a Prefeitura de Curitiba. Procurado que foi o Secretário da Fazenda para uma solução com relação ao assunto, ele diz o seguinte, pasmem os Srs. Parlamentares: afirmou através da sua assessoria que a Prefeitura de Curitiba foi retirada do CADIN. Porém, apenas o Governador poderia responder sobre a liberação de recursos, uma vez que a decisão é política.

Srs. Deputados, os interesses de Curitiba não são os interesses do Prefeito Beto Richa, não são os interesses dos nobres Vereadores desta capital. Os interesses de Curitiba, com certeza, por extensão, ferem o cidadão, o homem, a mulher, o jovem da região metropolitana de Curitiba. Os investimentos são para a melhoria da qualidade de vida da nossa gente aqui em Curitiba. E não poderemos, de forma alguma, ficar calados e aceitar um comportamento estranho do Governador quando, em razão da posição política do Prefeito Beto Richa, ele vira as costas à sua gente e se coloca contra aqueles que o elegeram por inúmeras vezes. Não podemos aceitar esse comportamento, até porque decisão da Justiça se respeita e, lamentavelmente, esse tem sido o comportamento do

Governador Roberto Requião: não acatar decisões da Justiça. No momento em que as decisões são proferidas, coloca-se contrariamente, volta a sua voz agredindo aqueles que proferem as decisões.

Concedo um aparte ao Deputado Bertoldi, com o maior prazer.

O Sr. Osmar Bertoldi (Partido Democratas)

Em primeiro lugar, quero parabenizá-lo por trazer esse tema aqui na Assembléia, até porque o que está se vendo passar pela cidade de Curitiba é uma briga política entre o Governo do Estado e a Prefeitura de Curitiba, onde só tem um prejudicado, que é o povo curitibano. Quando se promove essas brigas, não tem vencedores nem vencidos, tem sim um desperdício de energia e de recursos públicos no sentido de trazer obras para a nossa cidade.

Eu, como curitibano e eleito, praticamente, exclusivamente pela cidade de Curitiba a Deputado Estadual, sinto-me na obrigação de me engajar nessa luta junto com V. Exa. E me recordo que há cerca de 10 anos, no início do Programa ParanaSan, que é um programa de saneamento junto a um empréstimo com o banco japonês, 90% daquele projeto era para Curitiba e região metropolitana, já que esta cidade, naquela época, tinha um nível de saneamento muito baixo. E lembro também que fizemos uma comitiva para conversar com os Senadores da república, na época Senadores de outros estados, para que pudéssemos liberar aquele recurso.

E hoje, quando vejo Jaime Lerner, que implantou esse programa; Roberto Requião continuou dando sequência a esse programa; e vejo todos esses governantes colocarem, inclusive em seus jornais de prestação de contas do Governo, que realizaram essa grande obra, é por quê? É porque não houve rixa política entre ambos os lados. E quando você vê o que tem ocorrido hoje na cidade de Curitiba, é uma verdadeira barbaridade! E cabe, sim, à Assembléia Legislativa intervir, no sentido de que esses recursos sejam liberados para a nossa capital, até porque nos sentimos na obrigação de fazê-lo.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Muito obrigado pelo seu aparte, Deputado Bertoldi. V. Exa. que já teve vários mandatos como Vereador aqui na capital, sabe perfeitamente quão importantes e vitais são para a vida dos bairros do município de Curitiba.

É oportuno também fazermos algumas explicações aqui. Esta dívida histórica é da Cidade Industrial, a fiadora da dívida é a Prefeitura de Curitiba e juridicamente, quando se trata de um órgão público como fiador, há um prazo para a prescrição da dívida. Este prazo é de cinco anos, o Governador sabia perfeitamente desse prazo e não acionou a Prefeitura de Curitiba. Perdeu o prazo! O prazo é fatal em ações jurídicas e lamentavelmente o próprio Governador, pela sua própria vontade, quem sabe, deixou de recorrer no prazo legal. Sabe perfeitamente que é impossível comprometer a Prefeitura de Curitiba, com essa dívida e por esse motivo, para negar os recursos para a Prefeitura de Curitiba!

Ele é um jurista sábio, sabemos disso. É um homem que tem uma visão jurídica muito ampla, mas lamentavelmente, em determinados momentos, em algumas ações o Governador Roberto Requião pensa muito pequeno, ele é um homem que tem uma visão retrógrada! Lamento ter que afirmar isso, apesar de reconhecer em algumas de suas posições que é um homem de posições fortes e determinadas. Mas nesse caso tenho que realmente lamentar esse comportamento do Governador Roberto Requião, porque ao tempo em que deixa de atender aos interesses de Curitiba ele não está ferindo o Prefeito Beto Richa, por tabela, diretamente ele está ferindo o cidadão de Curitiba que, por tantas vezes, o fez Deputado Estadual, Prefeito de Curitiba, Senador da República, Governador.

Governador Roberto Requião, curve-se aos interesses de nossa gente, renda-se aos interesses da gente de Curitiba. Curve-se Governador Roberto Requião, faça com que a sua alma esteja desprovida de qualquer rancor. Atenda aos interesses da sua gente! É esse o nosso pedido. Gostaria de estar aqui, Roberto Requião, aplaudindo a sua decisão de atender a gente de Curitiba, porque R\$ 68 milhões são valores altamente consideráveis para a nossa gente de Curitiba! Este é o nosso apelo, em nome de todos os Parlamentares que compõem o Parlamento Estadual. Independente de cor partidária, gostaríamos de aplaudí-lo, porque esse é o nosso desejo! Volto aqui, com certeza se isso for atendido, se os recursos forem liberados, serei o primeiro a estar aqui nesta tribuna para elogiar a decisão do Governo Roberto Requião.

Muito obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Grande Expediente.

Com a palavra Deputado Marcelo Rangel.

Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Reservei o horário do Grande Expediente porque no ano passado apresentamos, por diversas vezes, através de recursos audiovisuais, no Grande Expediente da quinta-feira, filmes. Através do data-show mostramos imagens do nosso trabalho e eu fiz uma reserva para o dia de hoje, está aqui o protocolo para mostrar as imagens da fiscalização que fizemos ontem, através da Comissão de Obras, num dos maiores colégios estaduais do Paraná, que é o Instituto de Educação.

Infelizmente, por decisão da presidência, o Sr. Presidente me proibiu de mostrar as imagens. O Sr. Presidente me conhece, sabe que eu respeito o Poder Legislativo, o poder de decisão é realmente da presidência, e vou respeitar. Mas, as imagens eram extremamente

fortes, um colégio caindo aos pedaços. Um colégio que não possui sanitários. O sanitário feminino está desse jeito: (mostra o jornal com a imagem para a câmera de televisão à sua frente). Os alunos começaram as aulas hoje.

O teto do Instituto de Educação está despencando, as fiações todas expostas, uma criança pode morrer eletrocutada a qualquer momento. Não existe mangueira, não existe equipamento para bombeiros. A melhor sala, que é a sala para os professores, está totalmente embolada, sem piso, sem teto, e os livros todos estragando com o tempo. Realmente uma calamidade pública!

Ia mostrar aqui. Não há problema, estarei reunindo a Comissão de Obras numa reunião e, também, estarei enviando cópia dessas imagens que realizei ontem para toda a imprensa nacional, porque se essas imagens passarem no Fantástico, passaremos o maior vexame da história!

Mas, senhoras e senhores, infelizmente, como não temos o material aqui para mostrar para os Srs. Parlamentares, também estarei fornecendo cópias do DVD.

Vou falar da importância do debate político. Acho que é de extrema importância o embate e as discussões aqui em Plenário, mas não admito jogo baixo, não admito o jogo rasteiro, Deputado Traiano, Deputado Elio Rusch. Ontem, o Líder do Governo, por diversas vezes falou que o fato de eu estar fazendo uma fiscalização no colégio Instituto de Educação seria demagogia. Isso eu não admito! Não admito, porque uma das mais belas prerrogativas parlamentares é o poder de fiscalização, de entrar em um órgão público a qualquer momento do dia para fiscalizar as obras, para conversar com os seus representantes, e fazer o que fizemos ontem, pedir até mesmo a interdição e responsabilizar o Governo do Estado do Paraná pelo absurdo que está acontecendo com um dos principais colégios paranaenses.

Ontem tentei apartear o Líder do Governo, pela primeira vez que ele se pronunciou na tribuna. Na verdade não iria criticá-lo, iria inclusive parabenizá-lo, porque ele falou uma verdade. Ele agradeceu a mim, por dar ciência ao Paraná do jornal que foi impresso na Imprensa Oficial, utilizando o papel do Diário Oficial, cujas informações são negadas a todos os Deputados da Oposição. Não temos nenhum tipo de informação a respeito de quanto se gastou naquele jornal Notícias do Paraná, que inclusive não é nem registrado e não cumpre a legislação. Mesmo assim, no crepúsculo de uma sexta-feira de recesso, cumprimos com a nossa função de fiscalizar. Fui à Imprensa Oficial depois que o órgão oficial negou que existisse um só jornal. Fomos e os pegamos com a boca na botija, com milhares e milhares de exemplares desse jornal, que considero imoral. Mas não tenho receio nenhum de tornar público o meu trabalho e de tornar público esse material, esse jornal Notícias do Paraná, que até é importante, realmente, para que as pessoas tenham ciência do que está sendo feito e do que não está sendo cumprido também.

Mas, o Líder do Governo também afirmou que eu não tenho interesse pelo hospital que está sendo construído na região dos campos gerais. Isto é falácia! Digna do meu repleto repúdio!

Mas não condeno, porque ele não conhece minha história, minha trajetória. Sou um político de 1º mandato e trabalho, Deputado Luiz Claudio Romanelli, desde os meus 12 anos, junto com minha família. E a história conta o quanto nos empenhamos pelas melhorias na área de saúde na nossa região. É por isso que me elegi com 52 mil votos. É por isso que estou aqui.

Para terminar meu discurso, só queria falar também que quando pararam as obras no hospital regional, porque os trabalhadores não recebiam e já estava parado há 3 meses, eu não vim à tribuna. Eu fui ao Líder do Governo - o senhor lembra, não é, Deputado Romanelli? - e pedi ao senhor que intervisse, que falasse com o Secretário e com o Governador para que as obras voltassem à ativa. Não é verdade? As obras do hospital regional.

Então, o senhor sabe do nosso empenho. O senhor não deveria ter falado que eu não tenho interesse pela obra, porque minha vida inteira foi dedicada a melhorias na nossa região.

Quero terminar meu pronunciamento falando sobre um assunto que é extremamente polêmico e que a imprensa e a sociedade estão me cobrando muito. Me perguntam no rádio, me perguntam através de e-mails aqui na Assembléia Legislativa, por que eu não promovi uma ação por falta de decoro do Líder do Governo à Comissão de Ética.

Posso até propor um idéia aos Líderes dos partidos para que se reúnam para dar uma posição, se sim ou não. Mas, quero deixar meu pronunciamento, aqui, bem claro. Não vou promover nenhuma ação neste sentido, por respeito aos mais de 80 mil eleitores que legitimaram o mandato do Líder do Governo e que representa o Governo do Estado do Paraná.

A maior pena da Comissão de Ética é a perda do mandato. E eu sou sincero, a todos os que estão nos acompanhando, cidadãos paranaenses: acho que perder o mandato por causa de uma infração de trânsito e por um pronunciamento infeliz que o senhor fez à Rede Globo e que, com certeza, se penitenciou durante toda a madrugada e se penitencia até agora pelo fato de ter cometido um equívoco, ou como as pessoas falam, popularmente, quase que literalmente “viajou na maionese”, mas eu não considero que isto seja algo extremamente grave para a perda de um mandato.

É claro que é algo que eu não concordo. Considero um mau exemplo e também prejudicou, na minha opinião, a Casa, a Assembléia Legislativa. Mas, não é algo para falta de decoro, na minha opinião, porque outras pessoas, outros cidadãos já cometeram infração de trânsito e já erraram em seus pronunciamentos, porque a palavra, proferida, não volta atrás.

Era somente isto. Tenho apreço pelo seu trabalho, Deputado Luiz Claudio Romanelli, por defender o

Governo do Estado do Paraná, como Líder e muitas vezes em situações extremamente complicadas, como esta que estou apresentando a respeito da Educação do Paraná. Acho que o senhor, realmente, faz um bom trabalho, como Líder, mas o senhor não pode baixar o nível, porque todos os cidadãos paranaenses esperam um embate, um discurso político de alto nível. Como o senhor é bacharel, eu também sou bacharel em Direito, e podemos realizar um bom trabalho, de progresso, porque é o último mandato executivo do Governador Roberto Requião, vai terminar.

Então, a Oposição realiza um trabalho para fazer com que o Governador entre nos trilhos. Tenho certeza que o Deputado Rossoni, que é Líder da Oposição, não quer o caos no Paraná; ele quer consertar, quer ajudar o Governo a propor boas ações, a fiscalizar, da melhor maneira, da maneira mais responsável e competente possível, para que o Paraná termine este mandato do Governo Roberto Requião de uma maneira satisfatória. É esse o nosso trabalho como representantes da Oposição e representantes dos cidadãos paranaenses.

Era isso que eu tinha para falar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nos 15 minutos restantes do Grande Expediente com a palavra o Deputado Jocelito Canto. Antes porém, a Mesa registra que já tomamos decisões em outras oportunidades, não querendo cercear, em hipótese alguma, o pronunciamento de qualquer Deputado, seja do partido que for, mas temos adotado a conduta de não permitirmos - já fizemos isso com outros Deputados - no caso a exibição de painéis ou de vídeos, para que não tumultuemos a Sessão. Portanto, não é uma decisão isolada, não é a primeira vez que assim procedemos e a Mesa tem adotado essa postura e tem conversado com as lideranças já explicando isso. Por essa razão acordamos, e conversava há pouco com alguns Líderes, que a cada 10 dias vamos continuar reunindo as lideranças para que possamos criar um *modus operandi* aqui sem criar qualquer tipo de constrangimento.

Por isso, Deputado Marcelo Rangel, não entenda que a proibição da exibição do vídeo que V. Exa. queria passar aqui, inclusive comunicando a Chefe do Cerimonial que não me passou e veio aqui se penitenciar, não vamos permitir que isso ocorra, porque poderia criar alguns precedentes que não seriam benéficos ao bom andamento das nossas Sessões.

Deputado Jocelito com a palavra, por 15 minutos, no Grande Expediente.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Presidente, agora eu fiquei mais tranquilo, porque ontem fizeram um terrorismo que não íamos poder falar mais, e tinha que decidir o lado. Mas já fico mais

tranquilo quando V. Exa. dá essa palavra de conforto que vamos continuar à vontade. Espero que isso ocorra.

Mas gostaria de falar hoje, vejo essa polêmica desse jornal de Ponta Grossa, e vou defender esse jornal porque ajudei a fazê-lo, fui consultado pelo Governador, até porque tenho divergências com o Governo, e acho que na condição de eleitor e chamador de votos para o Governador Requião como eu fui, sinto-me na obrigação de que quando tiver que criticar, criticar; e quando tiver que cobrar, e quando tiver que apoiar e cumprimentar eu vou fazer isso, ninguém vai mudar o meu jeito aqui, é o jeito que eu decidi de fazer. Por exemplo, esse jornal, quando o Governador confeccionou o jornal, ele me ligou e disse: “Olha, Deputado Jocelito, o senhor que vive lá em Ponta Grossa todos os dias poderia dar uma olhada no jornal para ver se tem algo de errado, ou algo que precisa ser colocado”. E me mandou um esboço, eu analisei e até estavam faltando algumas obras no jornal que não foram colocadas. Discordo plenamente do Deputado Marcelo Rangel quando ele foi aos jornais e disse que esse jornal não é correto, que não tem fundamento.

Com todo respeito ao Deputado Marcelo Rangel, é um jornal que diz: Notícias do Paraná.

O Governo coloca aqui as suas obras. Colocou aqui a foto do hospital regional, que nunca parou três meses, Deputado Marcelo Rangel, V. Exa. está desinformado.

O Deputado Marcelo Rangel às vezes fica nervoso com esse jornal, porque durante a campanha o Deputado fez vários pronunciamentos, aqui e na sua rádio, dizendo que o hospital era uma casa de bonecas, que era um cemitério, que não iria sair. Tem a gravação aí. Tem gravação lá no seu programa. Tem lá V. Exa. dizendo, gozando que não vai sair o hospital, que era uma brincadeira.

V. Exa. brinca! Quando V. Exa. quis impedir o jornal imaginei que V. Exa. deveria estar com vergonha, porque tem a foto do hospital regional na capa.

E o que mais me animou na capa é o seguinte: “Hospital regional será unidade de pesquisa em excelência em conjunto com a UEPG e outras instituições.”

Isso me animou, porque o Governo está querendo dizer com isso que vai reabrir o curso de Medicina.

Por isso que briguei, junto com o Deputado Péricles de Mello, para que esse hospital fosse feito lá no *campus* da universidade.

Agora, negar as obras que estão aqui, não dá para negar!

Vamos começar vendo uma foto do hospital. Aqui tem uma foto do hospital por dentro. E já está bem melhor. Depois vem: “Os hospitais recebendo 100% mais equipes de Saúde da Família”. É verdade, não é mentira!

O Prefeito é do PSDB, partido contrário ao Governador nesta Casa.

UTI aumentou? Claro que aumentou! Tínhamos 17. Hoje temos perto de 60 leitos. E o hospital regional terá mais 30.

O Hemocentro está funcionando, obra nova.

O CAS está aqui, foi inaugurado segunda-feira, de Uvaranas. E olha o que o Governo diz: “Atendimento começa no 2º semestre de 2008.”

UTI no pronto-socorro. Deputado Péricles de Mello, quem colocou as UTIs lá? Quem deu o equipamento? O estado. Pagou os equipamentos e está bancando uma parte da manutenção. A Prefeitura também banca uma parte, vamos ser justos aqui. Está lá a UTI, como nunca teve. Quando Prefeito teve que pagar do bolso, porque o estado não queria credenciar.

Rodoviária: dinheiro emprestado, mas está saindo, está praticamente pronta. O Prefeito anuncia para abril a inauguração.

Dom Geraldo Pelanda, obra de V. Exa., Deputado Péricles. Comecei sozinho abrindo a Dom Geraldo Pelanda, depois do chafariz, e não tive dinheiro. V. Exa. conseguiu dinheiro do Paraná Urbano, a obra é mérito seu e, agora, mérito final do Prefeito que terminou a segunda etapa. Pronto. De onde vem o dinheiro? Diz aqui que é emprestado. Não diz que é fundo perdido.

O Prefeito está fazendo um ginásio para os deficientes.

Cine Ópera: obra que V. Exa. sonhou, que eu critiquei. V. Exa. fez o Cine Ópera, comprou, o estado lhe deu o dinheiro e o Requião terminou. Uma obra que teve o seu Governo, o Governo do Lerner, O Governo do Requião e o Governo do Pedro Wosgrau terminou alguma coisinha a mais no final. Pronto. mais uma obra, também.

Aí vem a questão da Educação - crítico. O Instituto - correto. Meu Deus do céu, foi a primeira briga que eu tive com o Requião. Em 1º de fevereiro do ano passado, no dia da nossa posse, fui almoçar no Cangüiri e briguei com o Requião, a ponto de quase irmos para “os finais”, por causa da obra do Instituto que ele tinha suspenso a licitação só da cobertura, porque a empresa tinha dado 20% de desconto e ele não quis. Anunciou que faria uma nova licitação com tudo. Fez a licitação e daí, por uma empresa só, ele suspendeu de novo.

Eu defendo, hoje, a interdição do Instituto como eu fiz quando era Prefeito. Quando era Prefeito eu interditei o Regente Feijó, que estava numa situação igual, e aí o Lerner foi lá, “na marra”, dispensou licitação e construiu. Eu defendo isso, hoje, para andar a obra. A aula começou hoje? Claro, começou hoje. O Deputado Marcelo Rangel foi ontem lá fazer uma vistoria, exatamente no dia que vai começar a aula. Não é maldade, Deputado Marcelo Rangel, mas pode ser entendido como: “Poxa, um dia antes de começar a aula o senhor vai lá e tira as fotos.” É isso que o Romanelli está citando: um dia antes de começar as aulas. Não é maldade, acho até bom falar do Instituto, mas em Educação teve coisas boas em Ponta Grossa.

A PM tem feito seus investimentos; bombeiros, está daqui o investimento; está aqui o esgoto, o investimento está acontecendo. O que me orgulha está aqui em diante: obras sociais. Onze mil famílias pagam somente

R\$ 5 por mês pela água tratada. Isso me anima e tem que ser mostrado. Isso é maravilhoso! Leite das Crianças: 5.5 mil crianças recebem leite. Luz Fraterna: 30 mil pontagrossenses não pagam luz, está no jornal, está aqui. Isso não é mentira. É verdade. Este é um projeto maravilhoso! Eu apresentei, nesta Casa, em 1995, um pedido para fazer esse Projeto Luz Fraterna e não foi aprovado. Foi aprovado pela Casa, mas o Governo não quis fazer.

Precisamos falar dos investimentos da COPEL.

Habitação, Deputado Romanelli, está aqui.

Agora, de asfalto, aí vamos deitar e rolar, não é? V. Exa. citou ontem o asfalto de Itaiacoca, em que V. Exa. conseguiu a primeira parte como Prefeito. A segunda parte fui eu e o Prefeito Wosgrau. Num dia em que o Governador foi a Ponta Grossa combinamos de “dar uma facada” no Governador: “O que vamos pedir hoje?” Vamos pedir o asfalto até o Pasto do Cupo, do Pasto do Cupo até Biscaia. O Governador entrou no carro, o Wosgrau e eu começamos a incomodá-lo, e ele disse que não, mas depois, na inauguração da Sadia, ele disse que sim, autorizou e fez. Está pronto o asfalto.

Não precisamos falar de asfalto porque não tem nenhuma rodovia nos campos gerais, em volta de Ponta Grossa, que não esteja feita. Só tem uma lá em cima, lá perto de Arapoti que ainda precisa reformar, que ficou para trás. No resto, a nossa região toda está feita, e agora, a única que está para trás, que foi terminada no Governo do Jaime Lerner, e Ivaí que já está programada para sair.

Deputado Péricles, outra verdade, está aqui, os senhores podem ver.

Internei, ontem, um menino de Carambeí que estava dando problema em Carambeí. Está aqui, oito milhões, está funcionando em Ponta Grossa. Isso não é mentira.

A Universidade de Ponta Grossa, meu Deus do céu, o Reitor não se cansa de agradecer. Novos gabinetes odontológicos, 37% de aumento, Rota dos Tropeiros, o Museu de Vila Velha.

Enfim, neste jornal, Deputado Anibelli, não há nada do que não esteja acontecendo, a não ser na reforma das escolas que aconteceu esse problema. Só, Deputado Plauto. Tudo aqui diz o que é ou não financiado. Não quero ser injusto. Aqui diz o que é financiado e o que não é financiado.

Discordo do Deputado Marcelo que diz que não pode fazer gráfica do estado. Meu Deus do céu, se tenho uma gráfica, é minha, é do estado, quanto custaria fazer isso aqui fora da gráfica do estado? Mais caro!

Pergunto da verba de remanejamento do estado que o Deputado Romanelli propôs, alguém votou contra, para aumentar o orçamento? Essa de remanejar os 30 milhões, no final do ano. Deputado Romanelli, eu durmo nos bairros de Ponta Grossa, vou e volto todo dia, só hoje que fico. Durmo nos bairros do ônibus, durmo em frente ao hospital regional, amo aquela obra...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Por gentileza, conclua em um minuto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para encerrar, quero dizer ao Deputado Romanelli, o Deputado Marcelo Rangel falou de ética e cassar mandato e que são ruins algumas atitudes que V. Exa. tomou. Concorde com ele. Sou apenas um radialista, como Deputado não sei se é ruim passar no pedágio sem avisar, ou passar pelo pedágio sem pagar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Horário das Lideranças: PDT.

(**Declina**)

Bloco PSB/PR/PRB/PV.

Concedo a palavra ao Deputado Pastor Edson Praczyk, por 10 minutos.

Liderança do Bloco PSB/PR/PRB/PV: Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores, telespectadores, imprensa.

Eu estava ainda há pouco, em pé, na Sessão Plenária, quando o Deputado Durval Amaral me flagrou compenetrado em meus pensamentos. Reparti e compartilhei um assunto em que estava pensando. A sociedade muito nos cobra e deve fazê-lo, que o Parlamentar, o político de um modo geral, deve ser mais atuante, trabalhar mais e deve fazer valer o farto salário que ganha. Concorde plenamente.

Hoje, dos itens que foram pautados pela imprensa, falou-se muito em tom irônico, alguns até de crítica, das medidas adotadas por V. Exa., por toda a Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, do Legislativo Estadual, da adoção do painel eletrônico, da TV SINAL, onde alguns comentaristas de rádio, alguns meios de comunicação comentam, questionam, se valeu ou não a pena o investimento que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná fez ao adotar o painel eletrônico, porque, segundo alguns meios de comunicação, ainda com a adoção do painel, não consegue-se a frequência total, absoluta, de todos os Parlamentares na Sessão Plenária. Bom, no meu humilde ponto de vista, acredito que sim. Valeu a pena a adoção do painel eletrônico, a exemplo do que está acontecendo hoje, quinta-feira, não me recorde nesses dois mandatos como Deputado, de quinta-feira haver um número de Parlamentares que estão presentes. Óbvio que a Sessão começou com 42 Parlamentares, é óbvio que não estão todos, alguns estão dando entrevistas, outros atendendo as suas bases, mas no momento da votação obviamente o número voltará, se não na sua totalidade, em muito ao número indicado pelo painel. Isso não é positivo? Claro que é positivo!

Ainda em um veículo de comunicação radiofônico, em tom de crítica novamente, comentou: “Alguns Parlamentares agora estão preocupados com a imagem, com a aparência, como se estivessem representando uma obra de Shakespeare, uma novela.” Mas ainda que isso seja verdade, não é positivo? Partindo do pressuposto que existem aqueles que estão encenando, representando, qualquer pessoa pode representar um tempo, dois tempos, mas não vai representar o tempo todo, a sociedade sairá ganhando, porque poderá acompanhar o trabalho da Assembléia Legislativa e ver quem é quem. Poderá saber quem se empenha mais, quem trabalha mais, quem é mais atuante. E com isso a sociedade paranaense como um todo, por que não dizer a sociedade brasileira - porque acabarão copiando o nosso exemplo, o exemplo do Paraná - sairá ganhando.

Então, penso, ao contrário da opinião de alguns comunicadores, ao contrário de alguns veículo de comunicação, que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná está de parabéns, não só com o inovador placar eletrônico, o painel eletrônico, a adoção da transmissão ao vivo das Sessões Plenárias e de algumas comissões, porque estamos mostrando que há, e como há, um lado extraordinariamente positivo do trabalho dos Parlamentares, o cidadão pode ver quem chega cedo, quem está presente em todas as Sessões, que era um reclame de muitos dos Parlamentares, no qual eu me incluo, presentes 100% em todas as Sessões. E eu já disse isso uma vez, disse duas e continuarei afirmando: em toda a sociedade organizada, em todos os grupos organizados, existem os bons e os maus. Isso é bíblico, diga-se de passagem, o trigo e o joio. E não fosse esse mecanismo, essa ferramenta - e não tenho procuração de sair em defesa da Mesa Executiva, até porque eles não precisam - mas através dessa ferramenta todos nós ganhamos. Ou estaria equivocado, Deputado Reni Pereira?

O Sr. Reni Pereira (PSB)

Com certeza não, Deputado Praczyk. E eu percebi essa preocupação do Presidente, ontem na reunião com as lideranças, com a qualidade do debate, independente se vai defender o Governo ou vai, no caso da Oposição e do nosso bloco, cobrar enfaticamente como tem que ser a obrigação dos Deputados, mas eu também percebi, principalmente hoje pela manhã, que boa parte da imprensa tem colocado algo que a sociedade do Paraná vem cobrando há muito tempo, que é essa transparência, essa televisão do Poder Legislativo, o painel eletrônico, eles têm colocado como se fosse uma cortina de fumaça e que muitos Parlamentares iriam utilizar isso para aparecer, para melhorar a fatiote, alguns Deputados fizeram implante, etc. e tal, fugindo do enfoque principal do Poder Legislativo.

Percebo isso porque num estado democrático o Poder Legislativo tem, com certeza, as suas obrigações e a obrigação de cobrar. Então, quero me somar a V. Exa. como Líder do nosso bloco e dizer que vários Deputados, a maioria dos Deputados, independente de ser do Governo ou da Oposição, sabem seu papel aqui e não é

uma televisão, um painel eletrônico que vai pautar as ações dos Deputados e muito menos a imprensa! Então, dizer que essas críticas dirigidas à Mesa da Assembléia Legislativa e a alguns Parlamentares não se aplicam ao Poder Legislativo, e com certeza a obrigação que temos com a sociedade paranaense continuará.

Só para adiantar, teremos na semana que vem algumas denúncias para fazer e algumas cobranças que tenho certeza que o Líder do Governo, com a sinalização que deu ontem, deixando passar alguns requerimentos pedindo explicações, iremos investigar algumas coisas matemáticas que não fecharam, como não fechou o orçamento de 2006 e até hoje não temos explicação junto ao PARANACIDADE. Então, para adiantar a essas pessoas que estão céticas em relação a TV Assembléia, que a pauta da maioria dos Deputados seguirá, independente de ter ou não a TV Assembléia.

Obrigado pelo aparte.

O Sr. Durval Amaral (Partido Democratas) (Aparte)

Deputado Pastor Edson, quero cumprimentar V. Exa. pela brilhante iniciativa de ressaltar os avanços implantados na Assembléia Legislativa pelo Deputado Nelson Justus. Com toda certeza a sociedade paranaense esperava, há muito tempo, que pudéssemos ter a TV SINAL, que pudéssemos ter a TV Assembléia. A sociedade paranaense, nós todos Parlamentares esperávamos também o painel eletrônico. É uma conquista, é um avanço, é inquestionável isso para todos nós Parlamentares e para a sociedade paranaense. Então, essa falta de percepção de alguns poucos segmentos da sociedade dos avanços que o Presidente Nelson Justus, com o conjunto da Assembléia, está proporcionando para a própria Assembléia e para a sociedade paranaense será lembrada, por muitos anos, no estado do Paraná.

V. Exa. está sendo extremamente feliz ao ressaltar o que é bom: aumento da transparência, aumento qualitativo das discussões na Assembléia Legislativa. Isto faz com que haja uma maior participação de todos nós e eu quero dizer que, como Parlamentar, com esses avanços proporcionados por essa nova Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, fico muito feliz. Quero cumprimentar V. Exa. por essa iniciativa de ressaltar essa brilhante iniciativa da Mesa Executiva, Deputado Nelson Justus, Deputado Alexandre Curi, Deputada Luciana, enfim, de toda a Mesa Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Só me resta dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, parabéns a todos os Deputados, parabéns a Assembléia Legislativa e parabéns ao estado do Paraná, que tem agora em mãos, ao seu alcance, o uso dessas ferramentas e que embora, para muitos, isso não passa de um reality-show, mas têm a oportunidade de olhar o seu representante, olhos nos olhos, saber o que ele está fazendo e se está bem representando o voto que recebeu.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Bloco PPS/PMN, com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Vou inicialmente, já na seqüência do Deputado Pastor Edson, dizer que no ano passado já cobrávamos essa atitude da Mesa Diretora, de maior transparência do trabalho dos Parlamentares.

O painel foi, sem dúvida nenhuma, um avanço. Se tem alguma crítica com relação, de repente, a investimentos, é que talvez as pessoas não quisessem que tivesse o painel. Estava conversando com a equipe técnica que trabalha na direção do trabalho desse painel, só para pegar como exemplo a votação de ontem, agora qualquer Parlamentar e a população podem saber bem claramente, não mais naquele método antigo que era contando os votos. Os votos de ontem estão aqui. Quem votou, que se absteve, quem não estava aqui e vai ficar registrado isso na Casa. Além daquele controle, que o jornal Folha de Londrina faz na presença dos Deputados, tem agora bem claramente, de forma técnica, o registro aqui na Assembléia Legislativa. Transparente, é só pegar os Líderes, os Deputados, a imprensa, enfim, para saber realmente como foi a posição de cada Deputado.

Já recebi um avanço aqui, com a TV SINAL. Nas quintas-feiras geralmente eram poucos Deputados que participavam, pouquíssimos, muitos já “afofavam o cabelo” para as bases, com esse discurso: “Ah, vou para a base.” Às vezes não estava na base e a população não ficava sabendo disso.

Agora, quem acompanha o trabalho dos Deputados aqui pela TV SINAL, vai perceber quem está aqui defendendo os interesses da população e quem não está, porque quando foram eleitos, cada um dos Deputados saiu pedindo voto. A população tem muito interesse de saber como trabalha o seu Deputado. Agora, pela TV SINAL, tem esta oportunidade.

Deputado Jonas Guimarães, o senhor que está chegando hoje, inicialmente seja bem-vindo, sucesso. O senhor que também fez campanha na nossa região lá de Campo Mourão. Esperamos muito do senhor também, que nos ajude a fiscalizar o Governo e cobrar ações do Governo Requião para melhorar a nossa região.

Ontem, ouvia atentamente o discurso do Deputado Kielse, ele falava dos investimentos na área da Saúde, no Paraná. Ele já vem falando há tempo para os Deputados, principalmente da base governista, investimentos na Saúde. Mas, estive em Paranavaí e vi que a realidade na Santa Casa não é aquela que foi colocada aqui ontem. Está aqui o Deputado Teruo, eles estão tendo dificuldades. A Santa Casa de Campo Mourão continua tendo difi-

culdades. A Santa Casa de Goioerê continua também tendo dificuldades.

Então, se fala muito em construção de hospitais, por enquanto o dinheiro está no papel, no orçamento, na precisão, mas ainda não está acontecendo na real necessidade da população. Esperamos, sim, que possa acontecer e que possa melhorar a vida da população.

Outro item é com relação às escolas, reformas nas escolas. Vimos uma polêmica aqui. Vi pela Rede Globo de Televisão filas para as pessoas conseguirem a matrícula, dificuldade, salas com goteiras. Foi a Rede Globo que mostrou. Não estou falando de mais ninguém. Essa também é uma realidade diferente do que ouvi nos discursos de Parlamentares ligados ao Governo.

É importante esse avanço da TV SINAL, que daí a população acompanha quem defende o Governo e quem fiscaliza o Governo. O meu papel como Oposição é ajudar à população. Estar aqui firmemente para votar projetos a favor da população, independente de quem apresentou o projeto: pode ser o Governo, pode ser o Deputado governista, pode ser o Deputado da Oposição, a minha prioridade é defender o interesse da população. Para isso apresentamos um projeto - quero aproveitar e agradecer o Deputado Luizão que foi o Relator desse projeto, na CCJ - o nosso projeto dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 9049, de 18/05/95, o artigo 2º, que é a inclusão dos dados sanguíneos na carteira de identidade, emitida pelo órgão de identificação do estado do Paraná e dá outras providências. A nossa lei prevê, ontem foi a primeira votação, votou-se a constitucionalidade. Foi aprovado.

Quero agradecer todos os Deputados que nos ajudaram, em especial o Deputado Luizão, Relator, oferecendo inclusive um substitutivo melhorando a nossa lei para que pudesse receber parecer favorável, e já recebeu também votação favorável, aqui no Plenário.

Hoje é discussão do mérito, por isso estamos fazendo essa explanação, pedindo o apoio dos demais Deputados para este projeto de lei, que prevê que na carteira de identidade, além das informações que ela traz, hoje, do nome do pai, da mãe, data de nascimento, número do CPF, número do próprio registro, naturalidade e outras, que traga também a informação, se for vontade do portador da identidade, que traga o tipo sanguíneo, o fator RH, se ele tem disposição para doar seus órgãos e tecidos em caso de morte, ou não, ou ainda alguma outra condição particular de saúde, se tem alguma doença grave, algum tipo de tratamento, alguma anotação na carteira de identidade.

Não oferece custo nenhum ao Governo do Estado. Pelo contrário, oferece condições para a população ter mais informações e poderá, sim, ajudar a salvar vidas, principalmente nos casos de acidente. Às vezes, acontece um acidente e a pessoa que sofreu o acidente precisa de sangue, enfim, precisa desta informação e não tem como repassar imediatamente aos médicos, às pessoas que estão atendendo, naquele momento.

Entendo que na carteira de identidade vai melhorar muito o processo de atendimento. Com isso, mais rapidez no atendimento na hora do acidente poderá, sim, salvar vidas.

Reiterando: esta informação na carteira de identidade acontecerá se o projeto de lei for aprovado e sancionado pelo Governador. Sendo sancionado, para que na carteira de identidade possa haver estas informações, terá necessariamente que ter uma autorização prévia do portador de identidade, ou seja, daquele que esta fazendo sua carteira de identidade.

Imagino que este projeto possa ajudar a salvar vidas no Paraná e que é o nosso papel: apresentar projetos de lei que visem a melhoria da vida dos paranaenses.

Por último, agradeço mais uma vez a todos os paranaenses e reitero meus parabéns à Mesa Diretora, pela iniciativa da TV SINAL, que já mudou claramente o comportamento de muitos Parlamentares, e também do painel eletrônico de presença e controle das votações.

Era isto, Sr. Presidente, muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário destinado ao Partido Democratas, concedemos a palavra ao Deputado Plauto Miró, que terá 10 minutos.

Liderança do Partido Democratas: Deputado Plauto Miró

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estamos vendo nesta Casa, a preocupação de representantes de uma cidade e de uma região. O Deputado Jocelito Canto, trazendo o seu pronunciamento em defesa de uma escola, de um colégio, na nossa cidade de Ponta Grossa. O Deputado Péricles, também, trazendo a preocupação, e como representante de Ponta Grossa, sendo procurado por pais, alunos, professores e Diretor. O Deputado Marcelo Rangel, da mesma forma. E eu tenho me manifestado, mostrando a preocupação. E vou retornar ao Colégio Instituto de Educação César Prieto Martinez.

No dia de hoje, o Diretor, o professor Josué, em entrevistas nos meios de comunicação da cidade de Ponta Grossa, mostrava o estágio final a que chegou, onde o banheiro daquele colégio não funcionava mais. Os corredores do colégio tendo que ser interditados. Está caindo o Colégio Instituto de Educação César Prieto Martinez.

Mesmo sendo um representante daquela cidade, em conjunto com os outros três Deputados, quero pedir ao Governo do Estado do Paraná, pedir ao Líder do Governo, que é o representante do Governador, da Administração do Governo do Estado nesta Casa, para que ache uma solução através de uma obra emergencial. Sabemos que por duas vezes foi feita a licitação pública para recuperar este colégio. Mas, infelizmente, não vin-

gou. Chegou ao final, as licitações foram canceladas pelo Governo do Estado do Paraná.

Mas, o problema lá está. Quero pedir, como um cidadão ponta-grossense, como um representante daquela cidade, para que certos problemas sejam sanados até a licitação poder acontecer.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Plauto, mais uma vez vou dizer que lamentavelmente nós estamos discutindo nesta Casa o problema do Instituto de Educação de Ponta Grossa, César Prieto Martinez. E quero dizer a V. Exa., quando V. Exa. usou a tribuna, conversei com o Secretário de Obras, Secretário Julio, que na semana passada esteve com a equipe, com a Secretaria de Obras visitando o colégio, em contato, inclusive, com o Diretor daquele estabelecimento. Queria lhe informar, quero dizer que o seu pronunciamento é correto, porque tenho recebido as manifestações dos demais Deputados de Ponta Grossa, Deputado Péricles ainda ontem me cobrou esse tema, Deputado Jocelito, e V. Exa.

Então, quero dizer o seguinte: conversei com o Secretário Julio, ele me explicou a questão da licitação, temos um problema lá que é aquela cobertura que já discutimos o ano passado, só uma empresa de Ponta Grossa é que fornece aquele tipo de telha, teria que se mudar talvez o telhado. Mas o problema que levou o Governo a cancelar essa licitação foi efetivamente o seguinte: vai ser enviado, inclusive ao Ministério Público, o que os empreiteiros fizeram, foi feito um conluio, eles se combinaram antes para poder entregar a proposta.

Veja bem, do valor de referência de R\$ 3 milhões e 100 mil, o 1º lugar ganhou com desconto de 025, Deputado Rossoni, e o 2º e 3º lugar apresentaram, Deputado Nelson Justus, veja bem que gravidade, por isso que o Governo não homologou a licitação, preços exatamente iguais, inclusive nos centavos, ou seja, nem conseguiram combinar direito o preço. Então, na verdade, não é possível que o Governo homologasse.

Agora, V. Exa. tem razão numa coisa que diz, da necessidade de fazermos talvez as obras emergenciais, a gente tem essa possibilidade de fazer obras emergenciais, tem já o registro de preço que deve estar sendo acabado de fazer em relação a Ponta Grossa, de obras de serviço para poder talvez atender aquilo que é essencial. Então, quero dizer que essa preocupação sua é um tema que está sendo tratado, e está sendo tratado pelo Secretário de Obras, porque de fato temos que encontrar uma solução para o tema.

Por isso, quero dizer que em função do seu pronunciamento de ontem, eu, de fato, falei com o Secretário de Obras e a gente tem que buscar uma solução para poder resolver o problema desse grande estabelecimento escolar do município de Ponta Grossa.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)

Agradeço as suas colocações, Deputado Romanelli. O senhor, como Líder do Governo, é natural, e esse é o papel do Líder do Governo, os problemas quando são trazidos tem que tentar se resolver e ter a resposta. Então, esperamos que alguma solução concreta aconteça, porque é isso que os paranaenses desejam do Governo do Estado do Paraná.

Deputado Valdir Rossoni, depois Deputado Jocelito.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Plauto, salvo eu esteja equivocado, e gostaria que V. Exa. me corrigisse se isso fosse um equívoco, estou ouvindo essa história desse colégio de Ponta Grossa desde julho do ano passado, foi levantado aqui. E ouvi o mesmo posicionamento do Líder do Governo: há de se ter preocupação, há de se resolver, é uma questão urgentíssima.

Ora, julho, agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, e o colégio está aqui começando a funcionar numa situação precária. Então, temos que ter cuidado, e aí eu concordo com V. Exa. com a preocupação, e estou observando qual é a sua preocupação, para deixar isso marcado, porque isso aqui passou pelo debate no meio do ano passado, esqueceram de recuperar esse colégio, estão iniciando as aulas novamente, o trabalho não foi iniciado porque agora veio uma alegação, e amanhã ou depois tenho uma grande dúvida: sabe o que pode ter acontecido com essas possíveis irregularidades de licitação? É que o Governo não estaria cumprindo os 30% de Educação. Qual é a forma que ele encontrou?

Lançam-se as licitações, e aí, agora, encontram-se irregularidades para justificar uma lei que ele não está cumprindo.

Esta é a minha preocupação! Se eu trouxer aqui o número de colégios, de escolas, de prédios públicos que estão em completo abandono na minha região, é um absurdo.

Não tenha dúvida, daqui a três, quatro meses V. Exa. estará aqui com a mesma preocupação. E o Líder do Governo estará aqui com a mesma preocupação. Há de se ter urgência. Urgência não é um ano. Urgência são 15 dias.

Muito obrigado!

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)

Espero que a ação concreta aconteça. Isso é o que esperam o Diretor, os professores, os alunos e os familiares dos alunos que utilizam e frequentam aquele colégio público.

Esperamos uma ação concreta do Governo, para que realmente resolva isso. Isso é o que todos os pontagrossenses esperam e, em especial os quatro Deputados Estaduais que foram eleitos para representar Ponta Grossa e região, e que têm, neste plenário, debatido esse

problema. E a solução está na mão de uma só pessoa: Governador Roberto Requião.

Muito obrigado!

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Pela Ordem)

Gostaria de consultar à Mesa Executiva, principalmente à presidência, como não pudemos exibir as imagens chocantes a respeito do Instituto de Educação, colégio aqui em debate, se posso encaminhar esse DVD para a equipe de jornalismo da TV SINAL, para que fossem exibidas.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. poderá encaminhar o vídeo para a direção da TV Assembléia. E o Diretor irá resolver de que maneira poderá passar isso na TV SINAL.

Com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Inicialmente gostaria de registrar a presença do brilhante advogado de Londrina, Dr. Osvaldo Américo, que se faz acompanhado pelo Sr. Fábio. E saudar o Deputado Jonas Guimarães, seja feliz e, com certeza, poderá fazer um bom trabalho para o povo de Cianorte e da sua região.

Agradecer ao Deputado Luiz Claudio Romanelli pelo jornal do Governo. O jornal está bonito. Mas, quero dizer que tem um pequeno erro de português aqui quando diz o seguinte: "...mais de 3 mil londrinenses conseguem emprego na Agência do Trabalhador." Dá a impressão que eles estão trabalhando agora na Agência do Trabalhador. Mas a Agência apenas tem a lista das empresas que têm postos de trabalho a oferecer. Deveria ser através da Agência.

Aliás, esse país, desde que eu jogava bola de vidro, bola de capotão, cada Governo que entra tem sempre um marketing poderoso dizendo que o que saiu era incompetente, era corrupto e que agora está tudo bem.

A gente vê a propaganda do Governo Federal, que maravilha! Emprego melhorando! Está tudo uma beleza! Agora, quando vamos ao supermercado, de dezembro até janeiro, um quilo de feijão subiu 20% em um mês. Já estava caro e em um mês subiu mais 20%. Na propaganda do Governo está tudo bem.

Salário do povo - R\$ 380 - o Lula diz que o povo está gastando nos supermercados que é uma maravilha. Até no shopping center. Acho que o Presidente Lula, só pagando mesmo com cartão corporativo para não saber que um cartão de R\$ 380 ele gasta com os filhos dele na lanchonete Mc Donald's, num shopping. Se pensar em comprar uma roupa de grife, ele vai levar uma cueca, uma meia e um lenço para casa. O Lula

falou que o povo, agora, está gastando até no supermercado com R\$ 380 por mês. Aí vem a outra propaganda do Governo que o desemprego diminuiu, mas o Governo nunca fala quantos foram demitidos porque tem aqueles que perderam o emprego, voltaram para conseguir emprego numa outra empresa e, muitas vezes, eles contabilizam tudo isso apenas como dado positivo e esquecem de falar.

O que encontro de pessoas, neste país, parente de jornalista, parente de Freira, de Padre, de pessoas públicas, desesperadas porque não conseguem emprego. Não estamos querendo debitar a este Governo, estamos dizendo a realidade. Será que é só a mim que o pessoal procura para dizer que o pai está desempregado, que a esposa quer trabalhar, que o filho ou filha está precisando de emprego? Agora, abrimos o jornal, ligamos a TV, ligamos o rádio, que maravilha, parece que está sobrando emprego, parece que está faltando mão-de-obra neste país. O Brasil vai bem? Graças a Deus vai indo bem, mas a outra verdade é que quase todo o planeta Terra passa por uma fase muito boa. Vamos torcer para que o Governo, concretamente, reduza a violência, crie de fato mais postos de trabalho para o nosso povo, para que não fique apenas nas estatísticas. Desde criança, volto a repetir, desde o tempo em que eu usava calça curta, quando trocava o Governo, o Governo que entrava trazia aquela propaganda mentirosa, fantasiosa de que o outro não fez nada, agora que a coisa melhorou.

Por último, Presidente Nelson Justus, a Gazeta do Povo noticia, hoje, que estão querendo cassar o mandato, aqui no Paraná, de 396 Prefeitos. São 399 Prefeitos, então, não vai sobrar quase ninguém para apagar a luz. Sr. Presidente, o atual Prefeito de Londrina, Nedson Micheleti, é meu arquiadversário. Não somos inimigos, somos arquiadversários. O Prefeito de Londrina, hoje, nem com o apoio do Lula - tem lá o Paulo Bernardo, tem lá o Gilberto Carvalho, Secretário pessoal do Lula, que é o homem que tem mais intimidade com o Lula, toma café, almoça, janta, só não dorme na mesma cama que o Lula, Gilberto Carvalho é de Londrina - Londrina nunca mandou tanto nesta república como agora e, no entanto, estamos vendo o desastre administrativo que está ocorrendo em Londrina.

A pesquisa aponta que o atual Prefeito de Londrina, que é do Partido dos Trabalhadores, é um dos Prefeitos mais desgastados, com a maior rejeição da história que um Prefeito de uma cidade de porte médio ou grande já teve neste país. Não chega a 10% a aprovação dele como Prefeito. O que estou querendo dizer, Sr. Presidente? Alguém poderia dizer: "Já que o Prefeito de Londrina é adversário do Belinati, ele vai ocupar a tribuna para defender que tem que cassar o mandato do Prefeito de Londrina, que está aqui no nome dele para ser cassado!" Não! Estamos em primeiro lugar em todas as pesquisas para Prefeito de Londrina, em todas as pesquisas. Entretanto, queremos ganhar as eleições com as bênçãos

de Deus e não "no tapetão". Queremos uma disputa limpa, não a desgraça do Prefeito de Londrina e pedir para cassar o Prefeito para ficar mais fácil a nossa eleição. Então, queremos aqui, em que pese falar que o Ministério Público está pedindo a cassação do Prefeito de Londrina e dos demais Prefeitos, porque não cumpriram com a Legislação Federal nº 11445 de 2007, sobre o problema do lixo. O problema do lixo - pode jogar no lixo o mandato de tão ilustre Prefeitos? Quero discordar, Sr. Presidente, dessa postura do Ministério Público, que está acabando com o mandato dos Prefeitos, minha gente. Isso é coisa de última hora e eu diria que é uma palhaçada. Mas será que é só agora que está na véspera de eleição, que vamos querer cassar o mandato de quase todos os Prefeitos?

Está aqui a Beti, que é a maior liderança de Colombo. Não conversei com ela, mas creio que a Beti não está defendendo que cassem o Prefeito de Colombo, que é o seu adversário. O Waldyr Pugliesi é a maior liderança que tem em Arapongas e no norte do Paraná. O povo quer ele de volta à prefeitura. Mas, duvido que o Waldyr Pugliesi esteja defendendo para cassar o mandato do Prefeito de Arapongas. Assim eu diria, em nível de Paraná todo. Acho que não é hora, já que praticamente acabou o mandato desses Prefeitos, minha gente. Esse é assunto de última hora, eleitoral, que vai apenas tumultuar e vai bagunçar a campanha eleitoral no Paraná.

Concedo um aparte do ilustre Líder Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Concluo rapidamente.

Deputado Belinati, cedo o horário da Liderança da Oposição.

V. Exa. trouxe um assunto que me deixou preocupado. V. Exa. está trazendo, aqui, a situação do Prefeito de Londrina, a desaprovação, porque é muito grande.

Passa a usar o horário da Liderança da Oposição

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Todas as pesquisas.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB) (Aparte)

Pesquisas. V. Exa. está falando que essa administração é um caos. Um Prefeito por mais mal que ele esteja, tem 25, 30% e ele não consegue ter 10. Causou-me uma preocupação que é um alerta. Eles estão querendo transferir esse modelo de administração para Curitiba. Há de se tomar atenção. Já chega o que Londrina está sofrendo. Estão querendo transferir o modelo de Londrina para Curitiba. Temos que ter um cuidado, porque Londrina já sofreu oito anos. Certamente que Curitiba não vai querer passar por essa experiência, que Londrina infelizmente passou.

Obrigado pelo aparte, Deputado Belinati. V. Exa. pode fazer uso do horário da Liderança, porque o seu pronunciamento é pertinente.

Concedo um aparte ao Deputado Professor Luizão.

O Sr. Professor Luizão (PT)

Devo concordar com V. Exa., Deputado Antonio Belinati, que esta questão do lixo realmente é questão que não pode ser levada a ferro e fogo.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Lembrar também que V. Exa. está liderando Pinhais, por ser Prefeito.

O Sr. Professor Luizão (PT) (Aparte)

Obrigado.

É uma das questões mais complexas para ser resolvida. É evidente que não vai ser de uma hora para outra que vai ser resolvido. Embora eu acredite que devemos estar caminhando para minimizar muito o impacto do lixo no meio ambiente.

Em relação à Administração de Londrina, devo lembrá-lo que não se preocupe muito com o Prefeito de Londrina, porque ele não vai mais ser candidato, porque não pode mais ser candidato. V. Exa., diga-se de passagem, tem uma boa aceitação, está bem, na pesquisa. Também devo lembrar que na eleição passada, o Nedson Micheleti, também diziam que ele estava mal, V. Exa. despontava que estava bem nas pesquisas, mas o resultado de fato foi que o Prefeito Nedson se reelegeu e isso quer dizer que a administração não estava tão ruim assim. Dizer que hoje ele está no seu último ano de mandato e acredito que ele vai terminar bem a administração. Porque ele tem grandes parceiros, como o Presidente Lula, no Governo Federal e também o Governador Roberto Requião. Espero que o próximo Prefeito de Londrina dê continuidade aos trabalhos, principalmente, na área social do município, para que a população de lá continue recebendo o apoio do Governo Federal e do Estadual nessas áreas. E que Londrina seja cada vez mais aquela cidade importante do norte pioneiro do Paraná.

Então, só para dizer que o Prefeito de Londrina não estava tão mal, tanto é que foi reeleito e que também não deve estar tão mal assim e deve ainda, o candidato que ele apoiar - espero que seja o Deputado André Vargas - disputar muito bem a eleição lá.

Obrigado pelo aparte.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Muito bem. Mas, V. Exa. não entendeu o sentido do meu pronunciamento. Primeiro, Exa., que pesquisa é pesquisa, que vale do dia. O cidadão pode estar com 80% de popularidade hoje e amanhã ter 8% ou ter até abaixo de 0. Lá para trás estava ou não estava e ganhou a eleição, não é o caso. Talvez V. Exa. não entendeu o sentido do meu comentário. Eu vim aqui exatamente para defender o

mandato do Prefeito Nedson Micheleti, eu não vim aqui para tripudiar na garganta em uma hora que ele está mal na pesquisa. E quando V. Exa. prega aqui que o próprio Prefeito dê continuidade, se eu for eleito não vou continuar, não, a cidade está parada, está morta, está caída, com cara de quarta-feira de cinzas. Se eu der continuidade vou matar de uma vez a cidade. Meu Deus do céu! A cidade precisa de injeção de entusiasmo, de otimismo! Continuar o que está ruim vai ser a maior desgraça para a população de Londrina!

Então, Presidente Nelson Justus, termino agradecendo V. Exa. cumprimentando. Eu dizia há pouco ao Deputado Nelson Justus que o Presidente da Assembleia está em uma figura quase como um pai de todos nós. Então, quero cumprimentar o nosso chefe maior, Deputado Nelson Justus, que tem implantado melhor modernidade para esta Casa, permitindo uma maior comunicação entre nós, os Parlamentares, com as nossas bases.

E termino fazendo a defesa de todos esses 396 Prefeitos que constam aqui na lista que o Ministério Público quer cassar o mandato no Paraná, em um momento em que praticamente já estão apagando as luzes, já estão limpando as gavetas, para transmitir o cargo de Prefeito àqueles que serão eleitos pelo povo no primeiro domingo de outubro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Último orador inscrito, com a palavra, no horário da Liderança do Governo, Deputado Luiz Claudio Romanelli.

***Liderança do Governo: Deputado
Luiz Claudio Romanelli (PMDB)***

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, quero aqui, rapidamente, e até em solidariedade ao Líder da Oposição, do PSDB, e a pedido deles, quero só falar algumas coisas sobre Curitiba. Esta cidade que - embora eu seja londrinense - me acolheu ainda na década de 70. Aqui eu constitui família e, claro, vivo a minha vida. Então, tenho por esta cidade um profundo amor. Por ter amor por esta cidade, quero dizer o seguinte: que os meus Pares aqui, naturalmente, continuam com uma velha técnica do ano passado.

Lembrar, Sr. Presidente, que o Governo do Paraná constrói 10 unidades de saúde e investe mais de R\$ 440 milhões em Curitiba; que o Governo do Paraná distribui 852 mil livros didáticos a 60 mil estudantes em Curitiba; que o Governo do Paraná constrói 12 novas escolas e 39 quadras de esportes cobertas em Curitiba; que a COPEL fornece eletricidade grátis para 48 mil pessoas de menor renda em Curitiba; que a SANEPAR fornece água tratada que custa R\$ 5 por mês para 196 mil pessoas em Curitiba; que a SANE-

PAR investe R\$ 716 milhões em saneamento na grande Curitiba; que a regularização do Guarituba, no município de Piraquara, salva os mananciais que abastecem 70% de água à grande Curitiba.

Doze mil 660 crianças de Curitiba são beneficiadas diariamente com o Programa Leite das Crianças, que reduz a mortalidade infantil, nutre nossas crianças com as proteínas importantes na primeira infância. O Projeto POVO hoje já é realidade nos 75 bairros da nossa capital, fazendo o policiamento comunitário.

A Patrulha Escolar diminuiu, senão acabou praticamente, com os casos de violência e atende 196 escolas da nossa cidade. As grandes operações policiais inibem a criminalidade na cidade, o roubo de carros caiu 30% e o Programa 181 levou às prisões 3 mil acusados de tráfico de drogas em Curitiba. O Governo do Paraná constrói três novas penitenciárias, contrata 2 mil agentes, equipa a Polícia, tira o presídio do Ahú onde vai construir, junto com o Poder Judiciário, o Centro Judiciário de Curitiba. A isenção, redução de ICMS feita pelo Governo do Paraná, beneficia 67% das empresas aqui instaladas com menos impostos e elas contrataram 50% a mais de funcionários.

O Governo do Paraná construiu o Contorno Norte que tirou todo o tráfego pesado das ruas de Santa Felicidade. Aliás, a Prefeitura de Curitiba até hoje não pagou a contrapartida de R\$ 10 milhões que tinha que pagar via convênio, que foi V. Exa., Sr. Presidente, que assinou o convênio, e esse convênio não foi cumprido, lamentavelmente.

O Governo do Paraná investe 124 milhões em obras do Programa Integração de Transporte e terá 12 novos terminais de ônibus. E digo ainda das outras obras que revitalizam ruas e rodovias da região metropolitana de Curitiba, muito bem relatado aqui ontem pelo Deputado Edson Strapasson.

Sr. Presidente, li aqui algumas das obras realizadas em Curitiba e quero dizer que temos muito orgulho do que o nosso Governo, o Governo Requião está fazendo pela nossa querida Curitiba e pela grande Curitiba. Essas são algumas informações.

Ouvi aqui muitos pronunciamentos hoje e quero dizer que sempre mantereí a minha serenidade, a minha postura de coerência. Aqui nesta Casa vou me ocupar dos temas, como disse aqui no primeiro dia que ocupei a tribuna neste 2008, vou buscar a letra, de novo, dos Racionais: “Sou soldado da paz, preparado para a guerra”, mas venho aqui naturalmente para poder tentar sempre estabelecer um diálogo positivo, proveitoso, a favor do interesse público, mantendo uma relação sempre respeitosa com a Oposição e com todos os Parlamentares.

Por isso, quero dizer, Sr. Presidente, que os debates sempre têm que se travar num nível que todos nós possamos, diariamente, nos olhar nos olhos, nos tratarmos com cordialidade e respeito, tratar do interesse público, porque foi afinal para isso que todos os que chegaram aqui

prometeram fazer e devem fazer em cada dia do exercício do seu mandato.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, agradeço, não faria uso da palavra, mas na verdade até fiz um apelo ao Líder do Governo que hoje abrisse mão tendo em vista o tardar da hora. Ele disse que atenderia, mas na verdade ele leu o relatório que recebeu. O que está acontecendo aqui é uma coisa inusitada. Tenho ouvido vozes, aqui nesta Casa, que não consegui ouvir nos últimos 10 anos que estou aqui. Ouço essas vozes com o relatório na mão.

Aos paranaenses que me assistem, esses relatórios eram decorados pelos Deputados Governistas. Não condizem com a realidade que vivemos no Paraná. Quero fazer uma pergunta aqui ao cidadão que por uma eventualidade está assistindo a TV SINAL. Quero falar apenas de um assunto, Deputado Elio Rusch: Segurança.

Vi um relatório aqui, essa Segurança na capital está uma maravilha! Uma coisa fantástica! Tenho lido jornais e não são nem os jornais do Paraná. Não tenho nem lido os jornais do Paraná, esses que o Governador acusa de persegui-lo. Tenho lido revistas, jornais do estado de São Paulo e nós, Paraná, estamos ganhando um título que nunca tivemos: A péssima Segurança que tem a capital do nosso estado. As cidades mais violentas do país, hoje, estão no estado do Paraná. Eles querem dizer para a população paranaense, é por isso que agora entramos na casa dos paranaenses. O paranaense vai ter que escolher. Não é apenas escolher. Vai ter que ver quem está faltando com a verdade.

Não tenho o relatório aqui, neste momento, porque fui pego de surpresa com o que o Líder do Governo falou. Mas, respondo com uma pergunta. Você cidadão, você Parlamentar que está me ouvindo neste momento, você acha que nos últimos anos a segurança do seu bairro, a segurança da sua rua, a segurança da sua cidade melhorou? Se melhorou, me desculpe o equívoco. Mas, tenho certeza absoluta, pelo que tenho assistido e pelo que tenho ouvido, que o Deputado Romanelli teria que, sim, vir aqui fazer um debate com os Deputados e pedir sugestões aos Parlamentares, pedir sugestões aos paranaenses, pedir sugestões àqueles que hoje estão carentes por falta de Segurança no nosso estado. Só vou citar Segurança. Vou deixar os outros assuntos para outro dia. Sei porque estão fazendo esse relatório. Porque a Justiça, ou foi o argumento do Governador, não cumpriu os contratos com a Prefeitura de Curitiba. Que a Prefeitura de Curitiba estava inadimplente. A justiça decidiu: A Prefeitura não está inadimplente.

Agora é só o Governador cumprir o que ele assinou, se é que vale. Mas, segundo informações que estão nos jornais, o Governador só atende através de um fundo rotativo, o FDU, que não é do Governador, são de todos

os Governos que formaram este fundo que é importante para o desenvolvimento das cidades.

O Governador só assina convênio e paga convênio do FDU - Fundo de Desenvolvimento Urbano, para aquelas cidades onde ele venceu as eleições. Em Curitiba, infelizmente, pela primeira vez ele perdeu a eleição.

Por isso, ele quer prejudicar o Prefeito Beto Richa. Mas ele não prejudica o Prefeito Beto Richa, ele prejudica uma obra grande que está sendo realizada em Curitiba, e certamente estes recursos seriam um complemento para atender melhor à população de Curitiba. Com a palavra a população de Curitiba, aonde o Governador se vinga do Prefeito, prejudicando a população de Curitiba.

Muito obrigado, Sr. Presidente, cumprimento V. Exa. pela compreensão.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) (**Pela Ordem**)

V. Exa. anunciou ontem em Plenário que a Mesa vai fazer um amplo levantamento de todos os requerimentos objeto de pedido de informações...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Já ordenamos isto.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Só quero informa a V. Exa. que tenho requerimento aprovado em Plenário no dia 5 de junho. Já questionamos inúmeras vezes, aqui da tribuna e deste Plenário, a não resposta em relação aos precatórios que foram utilizados para quitação do ICMS e este recurso é dos municípios. Ainda não recebemos a resposta.

Gostaria que V. Exa. determinasse o atendimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para esclarecer a V. Exa. que ainda no dia de ontem ordenamos para que a Mesa tenha o levantamento completo de todos os requerimentos, e tão logo isto seja feito, marcamos uma reunião com a Liderança do Governo, Liderança da Oposição, para que cheguemos a um entendimento, pressionando a Casa Civil, para que efetivamente tenhamos resultado.

Tenho certeza de que o resultado destes requerimentos será positivo.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) (**Pela Ordem**)

Mesmo porque já foram aprovados pelo Plenário. Acredito que é até um desrespeito com o Parlamento do Estado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 002/08, subscrito pelo Deputado Jocelito Canto, constante do expediente, comunicando esta presidência que nos dias 16 a 18 do corrente mês, estará em viagem para Assunção, no Paraguai. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 011/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário dos Transportes a realização de pavimentação asfáltica, galeria e meio-fio na avenida Itália, no município de Assis Chateaubriand. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 012/08, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, solicitando ao Sr. Superintendente Regional do DNIT/PR a implantação de uma lombada eletrônica na Rodovia do Xisto, BR-476, no Km 152 - Araucária. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 013/08, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Secretário do Estado dos Transportes, que o Governo Estadual priorize, dentro dos limites da Lei Orçamentária deste ano, a recuperação da rodovia PR-495, no trecho que liga os municípios de Missal e Medianeira. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 014/08, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Secretário dos Transportes que o Governo Estadual priorize, dentro dos limites da Lei Orçamentária deste ano, a recuperação do trecho rodoviário que liga o município de Missal ao município de Santa Helena. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Deputados Luiz Claudio Romanelli, Alexandre Curi e Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª Discussão

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 788/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que denomina a rodovia estadual PR-411, localizada entre Morretes e São João da Graciosa, como rodovia Mário Marcondes Lobo. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado a Emenda da CCJ.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 796/07, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a reverter mediante doação o imóvel que especifica, ao município de Chopinzinho. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovada a Emenda da CCJ.**

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 551/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que dispõe sobre a inclusão dos dados sanguíneos na carteira de identidade emitida pelo órgão de identificação do estado, e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP E CS. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo, na forma do Substitutivo Geral da CCJ.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 639/07, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que estabelece critérios específicos de fiscalização da produção e utilização de blocos de alvenaria. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CICT. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 659/07, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que institui a obrigatoriedade no ato da edição e da publicação de leis a constar o nome do autor ou dos autores dos respectivos projetos de lei. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 797/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Rodrigo Costa da Rocha Loures. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda.
Deputados que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, consulto V. Exa., porque naquela reunião que tivemos com as lideranças foi acordado que experimentaríamos o painel da forma que foi feito na data de ontem, e ficaria então, hoje, para ser testado, ou zerar o painel e fazer a votação.

Consulto V. Exa. se seria possível fazer esse teste dessa maneira hoje ou postergaríamos para a semana que vem?

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

Perfeito, claro que seria uma sugestão. Nos projetos que constam da pauta hoje, e nenhum Deputado requereu a chamada nominal, a votação utilizada para esses projetos é a votação simbólica, por isso não usamos o projeto. Quando tivermos que usar, a não ser que alguém requeira a chamada nominal, aí sim podemos fazer a votação da maneira como combinamos na reunião.

Poderíamos até fazer isso na segunda-feira, acho que sem dificuldade alguma.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB) **(Pela Ordem)**

Agradeço.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, quase indo no que o Deputado Edson Praczyk disse, ontem não tive o prazer de votar em 1ª discussão porque estava no Tribunal de Contas, e no fim da Sessão, participei da Ordem do Dia mas cheguei um pouco atrasado e vi o meu nome, por início desse processo o meu nome estava em vermelho e eu não votei. Então, queria justificar a V. Exa. hoje, perante a televisão, ao painel, à Mesa e aos Deputados que se aqui estivesse votaria favoravelmente pela figura de Rodrigo Rocha Loures, um empresário bem sucedido, nosso amigo, companheiro, homem que representa este estado além fronteiras com a sua dignidade, inteligência, com o seu trabalho, um pai de família exemplar, uma pessoa da nossa ligação de amizade, da nossa juventude.

Então, queria justificar e não vou ter o prazer de votar no painel, mas voto diretamente, falando, e na próxima votação terei o prazer de votar, se Deus quiser.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

Obrigado, devidamente registrado.

Está em votação a emenda da CCJ.

Deputados que aprovam permaneçam como estão.

Aprovada.

1ª Discussão

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 741/07, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que altera a Redação de Lei nº 11027, de 29/12/94, alterada pelas Leis nºs 11096 de 16/05/95, 12125 de 22/04/98 e 13512 de 21/01/02, incluindo o município de Piên entre os da região metropolitana de Curitiba. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CAM. (Publ. no DA nº 132/07, de 17/10/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 741/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Geraldo Cartário, altera a redação da Lei nº 11027 de 29/12/94, alterada pelas Leis nºs 11096 de 16/05/95, 12125 de 22/04/98 e 13512 de 21/01/02, incluindo o município de Piên entre os da região metropolitana de Curitiba.

É legítima a iniciativa legislativa por parte da Assembléia Legislativa, de acordo com o que preceitua a Constituição Estadual em ser artigo 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 06.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS METROPOLITANOS PROJETO DE LEI Nº 741/07

P A R E C E R :

O presente projeto de autoria do Deputado Geraldo Cartário que altera a redação da Lei nº 11027 de 29/12/94, alterada pelas Leis nºs 11096 de 16/05/95, 12125 de 22/04/98 e 13512 de 21/01/02, incluindo o município de Piên entre os da região metropolitana de Curitiba.

É justo o mérito exposto na presente proposta que além da sua proximidade geográfica com Curitiba e com os municípios limites que compõem a sua região metropolitana, Piên é cidade de destacável e significativa importância socioeconômica, de expressiva tradição, que por suas possibilidades de desenvolvimento, caracteriza-se como pólo da região sudeste do Paraná.

Portanto, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 26.11.07.

(aa) OSMAR BERTOLDI - Presidente
FRANCISCO BÜHRER - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 108, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

O SR. FRANCISCO BÜHRER (PSDB) (**Pela Ordem**)

Quem fez o pedido do requerimento do adiamento, o próprio autor do projeto?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

O Deputado Luiz Claudio Romanelli que requer a retirada da pauta por 10 Sessões.

Está em votação o requerimento. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei nº 741/07.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 003/08, de autoria da Comissão Executiva, que dispõe sobre o funcionamento do painel eletrônico nas reuniões plenárias da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 002/08, de 13/02/08, em Projetos de Resolução).

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 110, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 109, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 062, 063, 065 e 066, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constantes do expediente de Sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 075 e 076, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente de Sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 105, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 113, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni e Plauto Miró, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 114, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 118 e 119, de autoria dos Deputados Péricles de Mello, Marcelo Rangel, Plauto Miró e

Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Pela Ordem**)

Alguns requerimentos que foram pedidos para discutir ontem não entraram em pauta hoje.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Veja, Deputado Marcelo Rangel, acordamos na reunião das lideranças que alguns requerimentos nós daríamos como lidos e aprovados e encaminharíamos diretamente ao seu destinatário.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Pela Ordem**)

Quero parabenizar então a Mesa Executiva. Então os nossos requerimentos foram aprovados?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Claro.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Pela Ordem**)

Então fico muito satisfeito.

Muito obrigado.

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira dia 18, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 581, 659, 721, 788 e 796/07.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 551 e 797/07.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 003/08.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 002/08.

Levanta-se a Sessão.

